

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAYANE BARBOSA

Educação Territorializada Kaingang: Pedagogias que Brotam do Chão

CAMPINAS

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAYANE BARBOSA

Educação Territorializada Kaingang: Pedagogias que Brotam do Chão

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Dra. Susana Oliveira Dias.

CAMPINAS

2025

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

B234e Barbosa, Rayane, 2001-
Educação territorializada Kaingang : pedagogias que brotam do chão /
Rayane Barbosa. – Campinas, SP : [s.n.], 2025.

Orientador: Susana Oliveira Dias.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação.

1. Educação territorializada. 2. Povo Kaingang. 3. Pedagogia do cesto. 4.
Saberes ancestrais. 5. Corpo-território. I. Dias, Susana Oliveira. II.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Educação.
III. Título.

Informações complementares

Palavras-chave em inglês:

Territorialized education
Kaingang people
Pedagogy of the basket
Ancestral knowledge
Body-territory

Titulação: Licenciado

Banca examinadora:

Susana Oliveira Dias [Orientador]
Patrícia Regina Vannetti Veiga

Data de entrega do trabalho definitivo: 13-11-2025

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Não se aplica

Para minha mãe, Rosimeire Barbosa Kaingang, e para a memória de minha avó Antônia Terena (in memoriam). Este cesto que hoje oferto, foi tecido com os fios que vocês semearam em mim. Que ele possa honrar a pedagogia que brota do chão e do afeto, a mais antiga e verdadeira de todas as escolas.

AGRADECIMENTOS

Este cesto não nasceu de minhas mãos, mas através delas, ele é a materialização de um afeto coletivo, a colheita de uma roça que muitos corações ajudaram a cultivar. Antes de tudo, agradeço à Deus, pela dádiva da vida, da saúde e da força que brota em meu corpo, em seguida meu agradecimento se aprofunda na terra, a quem peço licença. Agradeço à minha Aldeia Vanuíre, meu lugar precioso, o chão sagrado que foi minha primeira escola e que me ensinou a linguagem que nenhuma outra academia poderia me dar.

Agradeço às mulheres que são a base do meu ser, o fio mestre que sustenta toda a minha trama. À minha mãe Rosimeire Barbosa e à memória imensa de minha avó, Antônia de Paula. Vocês foram meu primeiro território, o colo onde aprendi a pedagogia que brota do afeto. Cada gesto de vocês foi uma aula, cada história, um universo. Este trabalho é apenas a tentativa de honrar o saber que vocês plantaram em mim. Aos meus irmãos, Welington e Maria, por uma infância que foi nosso primeiro campo de aprendizado e por terem vibrado com a minha vitória como se fosse a de vocês. Aos meus sobrinhos, Hapurynã, Henzo Gabriel, Yasmin Eduarda, Ester Thopré e Isac Kohut, por me ensinarem com seus sorrisos e abraços o amor puro de ser tia, a razão mais doce para continuar tecendo um futuro melhor.

Agradeço à memória saudosa e sempre viva do professor Edvaldo Cotui Kaingang, mestre, seus ensinamentos na infância sobre as especificidades do nosso povo foram as primeiras sementes de orgulho e saber plantadas em meu espírito. Sua ausência hoje é uma saudade que ensina, e este trabalho é também uma forma de manter sua fogueira acesa. À minha escola-santuário, a E.E.I. Índia Vanuíre, a todos os seus funcionários, e em especial aos meus professores, que com todo cuidado, cultivaram em mim às especificidades e beleza do povo Kaingang, à cozinheira Fernanda, que com sua comida feita de carinho, aquecia não só nossos corpos, mas deixava a escola inteira com o gosto bom de casa. À professora Rute Braga, anjo em minha jornada, que desde o momento em que soube do meu sonho, separou livros, materiais e, quando a porta se abriu, me apoiou tão fortemente que me permitiu atravessar a ponte até Campinas. Seu gesto de confiança foi o empurrão de coragem que eu precisava.

Aos meus primos e amigos de infância, Luís Felipe e Samuel Barbosa, por compartilharem comigo a ciência sagrada do brincar, por me mostrarem que sonhos se realizam e por sempre me receberem de braços abertos, me lembrando para onde posso voltar.

A travessia para esta cidade gigante teria sido um exílio, uma jornada de saudade e silêncio, se o afeto não tivesse me encontrado e me oferecido um novo lar. Agradeço, com todo o meu coração, ao meu companheiro, Filipe Ricardo, meu porto seguro. Em todas as horas, você foi a calma, nos meus medos, foi a coragem, na ansiedade da escrita, foi a paz. Você me protege e me honra todos os dias com um amor que é, em si, um ritual de cura.

Sou imensamente grata à minha sogra Elisângela e à Vó Maria, que me acolheram e me incluíram em suas vidas, tecendo para mim um novo manto de família. O cuidado de vocês foi o presente que acalmou a saudade e me fez sentir em casa. Ao meu sogro Adriano, por partilhar histórias e risadas que são o alimento da alma. E aos meus cunhados, Kaiane e Vitor, por dividirem as alegrias, tornando esta jornada uma celebração partilhada. Vocês me ensinaram que a família é o território que o coração escolhe para florescer.

Agradeço aos estudantes e apoiadores da luta de cotas de 2016, a coragem de vocês abriu a fresta na muralha da universidade, e é por esse caminho que eu e tantos parentes pudemos passar.

À minha orientadora, Dra. Susana Oliveira Dias, que com a sensibilidade de quem sabe ouvir a terra, enxergou em mim uma potência de pesquisadora e apoiou com confiança e respeito minhas escritas e minhas artes. Sua orientação não foi um mapa imposto, mas uma luz que me ajudou a decifrar meu próprio caminho. Sem você, não seria possível. Ao grupo de pesquisa, MultiTão, a roda de tecelãs onde me descobri e me fiz pesquisadora, em especial à Emanuely Miranda, Mariana Vilela, Valéria Scornaienchi, Natalia Aranha, Paulinha Pinto, Larissa Belini e Milena Bachir, artistas e artesãs que dividiram risos, lágrimas e diálogos que me constituem hoje.

Agradeço também com especial carinho à Profa. Dra. Patricia Veiga, pilar fundamental no nascimento da Metodologia Cesto. Sua escrita, amizade e seus conselhos foram os fios de luz que guiaram a materialização desta pesquisa, me mostrando com generosidade e sabedoria que sim, é possível criar metodologias que honram a ancestralidade, a ciência e os conhecimentos indígenas em sua mais plena potência.

Aos meus amigos, Luiz Paulo, Wallace, Ivânia, Emili, Taynã, Sol, Erik, Ana Beatriz e Leticia Rayane, por serem mais que amigos, por serem parentes de alma nesta correria da universidade, a prova de que o afeto é a nossa maior trincheira.

Agradeço imensamente à Escola Estadual Adriana Cardoso, na Vila Esperança - Campinas, que foi o lugar onde aprendi de perto, com o coração, o que é ser professora. À toda a equipe da gestão, professores, cozinheiras, agentes e, principalmente, às crianças, que com seus olhos curiosos e abraços sinceros, me ensinaram mais do que qualquer teoria.

Com a sensibilidade e a honra que eles merecem, teço aqui um agradecimento especial, aos mestres Constantino, Lidiane e Rosimeire, pilares vivos que sustentam este trabalho, minha mais profunda gratidão. Este cesto de saberes sobre o povo Kaingang só pôde ser trançado porque vocês, com a generosidade de quem partilha o alimento ao redor da fogueira, me confiaram os fios mais sagrados de suas memórias e sabedorias.

Um lugar se torna casa quando as pessoas que o habitam nos enxergam com o coração. Por isso, agradeço imensamente à Faculdade de Educação (FE/UNICAMP), que foi meu abrigo e meu território de crescimento nestes anos de graduação. Minha gratidão se estende a toda a sua equipe, que dá alma a este espaço: aos professores, por nutrirem a mente, aos zeladores, por cuidarem do nosso espaço com um carinho que se sente, aos coordenadores, pela orientação paciente, e aos seguranças, pela presença que nos traz paz. Em seus sorrisos, em seus "bom dia" "boa tarde" e "boa noite", em cada gesto de apoio, encontrei a força para seguir.

Esta escrita-cesto, portanto, é a materialização de toda essa rede de afeto. Ele carrega um pouco de cada um de vocês. Muito obrigada.

Mahâ!!

Por isso que os nossos velhos dizem “você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde vai”. Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo.

RESUMO

Ancorada em minha identidade como pesquisadora Kaingang, este projeto se dedica a desenvolver um trabalho com o meu povo Kaingang, na Terra Indígena Vanuíre, localizada centro-oeste paulista, a partir da metodologia do trançado do cesto de saberes, inspirada em Veiga (2023). A proposta busca tecer, de forma coletiva e potente, uma pedagogia que escute e respeite os saberes ancestrais, de modo que a educação formal se fortaleça com a pedagogia que brota do território, reconhecendo-o como uma escola viva. Reconhecendo a integralidade dos saberes que ali pulsam.

Palavras- Chaves: Educação Territorializada, Povo Kaingang, Pedagogia do Cesto, Saberes ancestrais e Corpo- Território.

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Caminhada Inicial: O Chão de Onde Falo

2.1. Bem-Te-Vi, Formiga E Milho: Uma Educação Territorializada

3. Educação Territorializada

3.1. O Corpo como Primeiro Território

3.2. A Sombra sobre o Tecido Diverso

3.3. A Educação Desenraizada como Projeto de Apagamento

3.4. A Educação Territorializada como Caminho de Cura

4. Metodologia: A Pedagogia do Cesto e o Trançar dos Saberes

4.1. O Caminhar e a Coleta dos Fios no Território: A Base do Cesto Acadêmico

4.2. A Preparação da Taquara e o Tingimento dos Saberes

4.3. O Teçume do Saber: Onde os Fios se Encontram

4.4. O Cesto Pronto: Um Objeto para Conter e Partilhar

5. O Berço dos Fios: A Voz do Território em Nosso Cesto

5.1. O Foice que Apagava Nossos Desenhos: Memórias de Uma Escola Desterritorializada, a Escuta como Ponto de Partida

6. O Cesto está sendo trançado, e ele é Forte.

7. Conclusão: O Cesto Pronto e o Caminho que Dele Brota

Referências bibliográficas

1. Introdução

Com todo respeito e cuidado, teço aqui meu trabalho de conclusão de curso, uma proposta que nasceu de conversas, leituras, partilhas, desenhos, escutas, trançados e coletivo com minha aldeia indígena Vanuíre, a partir da minha voz como pesquisadora Kaingang, com os pés fincados na terra e a mente aberta aos diálogos que a academia pode oferecer. Este trabalho não nasce do desejo de observar meu povo como um objeto distante, mas da urgência de me posicionar na fronteira entre dois mundos de conhecimento: o da minha aldeia T.I Vanuíre, que chamo de uma sabedoria territorializada, e o da universidade, para assim construir uma ponte que não seja de mão única. É uma tentativa de fazer o caminho de volta, trazendo as ferramentas da academia para fortalecer e dialogar com a sabedoria que sempre me nutriu. Esta caminhada não é solitária, ela se junta a um coro potente de vozes indígenas que têm, nos últimos anos, ocupado a academia para reivindicação da atenção para sofrimentos que acontecem aqui, no tempo presente. Inspiro-me na coragem de Ailton Krenak (2020), que nos convoca a encontrar ideias para adiar o fim do mundo e a questionar a noção excludente de humanidade que nos aliena da Terra.

Ouçó o chamado de Davi Kopenawa (2015), que defende o pensamento da floresta e a vitalidade da terra-mãe, como sustento para uma vida boa e saudável, a minha escuta se aprofunda com as palavras-flecha de *A queda do céu*, que nos oferece não apenas um relato, mas uma das mais potentes teorias sobre o mundo contemporâneo. A profecia da queda do céu, que desabarará sobre todos quando os últimos xamãs morrerem, ecoa em minha pesquisa de uma forma particular. Cada ancião e *kujan* Kaingang que morre sem poder transmitir plenamente a sabedoria que carrega é um pedaço do nosso céu que racha. Cada criança que deixa de aprender a língua de seus avós é um enfraquecimento dos pilares que sustentam nosso mundo.

Encontro profunda ressonância na sabedoria de Cristine Takuá, filósofa e educadora do povo Maxakali, que nos convida a sonhar e a praticar as "escolas vivas". Ela nos ensina que a verdadeira escola não é o prédio de concreto, mas o território em sua totalidade, a mata, os rios, os nossos locais sagrados, os saberes dos mais velhos. A escola é a própria vida comunitária. O pensamento de Takuá me dá a coragem de afirmar que o que busco para o meu

povo Kaingang não é apenas uma reforma curricular, mas o reconhecimento de que a nossa escola viva sempre existiu.

No campo específico do meu povo, reconheço e honro os passos que vieram antes. A produção de Lucia Fernanda Jófej Kaingang e Susana FakóJ Kaingang (2021), por exemplo, abriu um caminho fundamental ao analisar nossa cosmologia e organização social a partir de uma perspectiva interna, mostrando que somos produtores de teoria, e não apenas fontes de dados. Este trabalho se nutre dessa herança, buscando focar em como essa complexa visão de mundo se traduz em atos pedagógicos cotidianos, na formação de nossas crianças. Ao mesmo tempo, com a mente aberta, busco dialogar com pesquisadores não indígenas que se dedicam a apoiar e compreender nossas lutas. Penso nas contribuições de Juracilda Veiga (1994) e Niminon Suzel Vieira (1999), cujo trabalho sobre a cultura Kaingang e formação social do povo, nos ajuda a articulá-las academicamente.

Este projeto se pergunta como uma pedagogia da ancestralidade, que ensina que o rio é um avô e a mata é uma mãe, pode dialogar ou mesmo resistir a essas visões que, sem perceber, podem acabar por nos traduzir em vez de nos ouvir. Portanto, este projeto se propõe a ser uma tecelagem. Uma tecelagem que entrelaça os fios da memória com as teorias coloniais e decoloniais. Mas esta não é apenas uma metáfora. A tecelagem é, em si, o nosso método, o nosso caminho e o nosso corpo de pesquisa. É a nossa forma de dizer não ao giz que buscam nos enquadrar, e sim o trançar que nos dá forma. A Metodologia narrada aqui é um fazer epistemológico de autoria Kaingang, que se recusa a ser um extrativismo de saberes.

Em vez de coletar dados, nós tecemos, e para tecer, precisamos de fios. O primeiro fio, o fio mestre que estrutura toda a nossa trama, é a memória ancestral, é o fio na cor da terra, que carrega a sabedoria dos nossos mais velhos, os cantos, os rituais, e a certeza de que o território é um corpo vivo. É a educação territorializada que pulsa em nossas veias. Este fio não é um objeto de estudo, ele é o sujeito que guia a pesquisa, a base firme do nosso cesto.

A sabedoria Kaingang com as ferramentas da pedagogia, é um esforço para, como sugere Célia Xakriabá (2018), fazer da pesquisa uma reativação da memória por uma educação territorializada. Um trabalho que ao final, não seja apenas um texto acadêmico, mas um cesto de saberes que sirva à humanidade e principalmente aos povos indígenas, uma ferramenta de luta e de vida.

2. Caminhada Inicial: O Chão de Onde Falo

Eu aprendi a ler o mundo antes de conhecer as letras, minha primeira escola foi o colo da minha *Iãn* e *Iãn Kofã*, minha mãe e avó. Foi com elas que aprendi que os desenhos na cerâmica e grafismos não são apenas enfeites, são a história do nosso povo. Que o trançado da taquara para fazer um cesto é uma matemática que une mãos, pensamento e a própria floresta. Foi preciso entrar na universidade para descobrir que esse saber profundo, que sempre senti em meu corpo, tem um campo de estudos que o nomeia e o legitima academicamente, a etnomatemática. Em pesquisadoras como Alexandrina Monteiro (2004), encontro mais um embasamento teórico para afirmar o que minha avó já me ensinava com seus gestos, que os grafismos, a cestaria e a construção de nossas casas são sistemas de conhecimento complexos, repletos de lógica, geometria e algoritmos próprios.

A etnomatemática, portanto, se torna para mim uma ferramenta de luta. Ela me permite descolonizar o próprio conceito de matemática, mostrando que o conhecimento dos nossos mais velhos não é um saber menor ou primitivo, mas sim uma outra forma de fazer ciências, tão rigorosa e sofisticada quanto a dos livros dos não indígenas, os brancos. A “Educação brota do respeito, e não brota somente das palavras e número” (Takua, 2022), baseada nesse referencial teórico, ela me autoriza a dizer que a pedagogia da minha avó, mãe, tias, primas e professoras ao me ensinar a tecer, estava me iniciando em um pensamento matemático ancestral, profundamente conectado à vida e ao nosso território

Elas me contavam histórias à beira do fogo, e naquelas narrativas eu entendia sobre a criação do mundo, sobre o respeito aos mais velhos, sobre a coragem dos nossos guerreiros e sobre o nosso lugar neste chão, nesta *Ngã* (terra). Aquilo era pedagogia, uma pedagogia viva, que pulsa com o coração da terra, que expressa todo conhecimento ancestral.

Quando comecei a ter contato com os *fók*, aqueles que chamamos de não indígena, senti um silêncio, um silêncio que doía. A sabedoria da minha avó não estava nos livros. As histórias que ela contava eram chamadas de "lendas". O conhecimento sobre as plantas de cura era crendice. Expandir esse sentimento é mergulhar na ferida que me constituiu pesquisadora. O contato com o mundo dos *fók* não foi um encontro, foi um impacto. E o som desse impacto foi o silêncio. Não era um silêncio de paz, de quem escuta o rio ou a mata. Era um silêncio pesado, um silêncio que gritava ausências. Na maior parte dos meus estágios na graduação, eu me sentava na carteira no final da sala e sentia um vazio ao meu redor. Os livros didáticos, com suas páginas lisas e suas verdades impressas, não tinham o cheiro da nossa mata nem o som da nossa língua, muito menos as teorias da pedagogia sobre as

diferenças que havia estudado. A sabedoria da minha avó, que para mim era tão vasta e real quanto o céu que nos cobre, simplesmente não existia ali. E o que é pior, quando por alguma fresta, ela aparecia, vinha vestida com uma roupa que não era sua.

As histórias sobre a origem do nosso povo, sobre as marcas dos pés do herói mitológico *Kamé* em uma pedra, que para nós são os fundamentos da nossa história e da nossa geografia sagrada, eram chamadas de "lendas". A palavra lenda, na boca do *fók*, é uma palavra que diminui. Ela diz: "Isso é bonito, mas não é verdade. É uma história de criança, uma fantasia", é a imposição daquilo que Chimamanda Adichie (2019) chama de uma história única. E o poder dessa história única não está apenas em contar algo, mas em insistir que ela é a única que importa. Como diz Célia Xakriabá (2018), era a história hegemônica construída sobre nós, e contra nós. O conhecimento profundo que minha avó e mãe tinham e têm sobre as plantas de cura, sobre a folha certa para a febre, a casca da árvore para a ferida, a raiz para fortalecer o espírito, um conhecimento testado e transmitido por incontáveis gerações, era rotulado de crendice. Crendice é uma palavra que carrega um desprezo sutil. Ela insinua ignorância, superstição. Ela se opõe à "Ciência", aquela com "C" maiúsculo que, como nos lembra Stengers (2017), se coloca como única forma de conhecimento verdadeiro.

Este trabalho nasce dessa inquietação, dessa dor e, sobretudo, desse amor pelo meu povo Kaingang. Ele nasce da urgência de não deixar que essa pedagogia que brota do nosso chão seja soterrada, esquecida e marginalizada, vista apenas como superstições. Como nos alerta Ailton Krenak (2020), vivemos em um tempo que precisa de novas ideias para adiar o fim do mundo, e eu acredito que as ideias mais potentes para nós, Kaingang, já existem. Elas estão nos gestos dos nossos anciãos, no sabor dos nossos alimentos, na sonoridade dos nossos cantos. A minha pergunta não é sobre resgatar um passado, mas sobre fazer florescer um futuro, um futuro ancestral, como Krenak (2022) nos ensina a sonhar. Fui gerada em território Kaingang, e nele, meu espírito floresceu. Cada passo meu sobre este solo sagrado foi um aprendizado, cada brisa, um ensinamento. As tradições me vestiram a pele, e hoje carrego em mim as marcas indeléveis das histórias que me foram sopradas ao pé do ouvido. Meu corpo é um mapa vivo, um território onde pulsam os saberes e as práticas de meu povo, um legado que corre em meu sangue, herança de minha avó Antônia Terena, e de minha mãe Rosimeire Goiowe Kaingang.

Me constitui ouvindo esses sábios, que são meus fios condutores de ancestralidade, e os tenho como epistemólogos nativos, e, como reciprocidade, a minha contribuição também é a de tentar construir uma escrita que não seja "fraca", porque trago comigo

as marcas "fortes" da oralidade que me foi ensinada desde sempre por estes mais velhos (Xacriabá, 2018, p.35).

Somos um povo tecido na força, conhecido como os senhores das bordunas, a arma que defendia a vida que viceja em nossas terras. Nossa alma coletiva dança na dualidade dos gêmeos primordiais, Kairu e Kamé. É o eterno diálogo entre a noite e o dia. Ao clã de Kairu, os *RÁ ROR*, pertence o manto da noite, a eles são confiados o sagrado, a prudência, a sabedoria que acalma e a diplomacia que tece os fios da paz. Aos de Kamé, os *RÁ TÉJ*, filhos do sol, pertence o fogo do dia, são os guerreiros de peito aberto, a linha de frente que luta por nossos direitos, a muralha que garante a segurança e o sustento de nossa gente.

Diferentes grafismos são usados pelo povo Kaingang em ocasiões de festa, celebrações e momentos específicos. Somente os Kanhru podem usar os rá ror-elaborados símbolos em formato de losangos concêntricos-, informando que aquela pessoa pertence à metade da noite, à metade mais prudente, mais diplomática e mais sábia entre os Kaingang. Somente alguém da metade de kamê pode ostentar os rá téj - as pinturas abertas formadas por traços longos como as pontas de flechas ou os raios do sol nascente. Os grafismos abertos identificam a metade mais valente, mais perseverante, a metade dos guerreiros, a metade da força: os filhos do sol (Kaingang, 2021, p.51)

As narrativas que foram depositadas em mim como sementes me ensinam que o início da minha própria história é marcado por três afetos, por aquilo que a escritora D. Haraway (2021) chama de "espécies companheiras". Ela ressalta que é “impossível que haja apenas uma espécie companheira; pelo menos duas são necessárias para que uma exista” (Haraway, 2021, p.13). Assim, compreendo que sou a continuação de um ecossistema ancestral. Minha essência foi tecida em outros lugares, antes mesmo de ser eu, iniciada nos elementos que compõem meu corpo-território, sou a continuação do sopro de Bem-te-vi, sou multidão, sabedoria e ancestralidade em Formiga, sou sustento e resistência em Milho. Recordo-me com uma ternura que aquece a alma da base que permitiu a este texto existir. No fluxo e refluxo de minhas idas de Vanuíre a Campinas, comecei a decifrar o que a cidade me sussurrava. Fui aprendendo a escutar as vozes que ecoavam dentro de mim, as vozes das minhas espécies companheiras, e nelas percebi o que os povos originários podiam ofertar à cidade. Não foi um caminho simples. Levei anos para que meus ouvidos se abrissem e meu coração pudesse compreender o que os encantados queriam me contar. Hoje, as vozes da memória são claras.

Nesse percurso, a Escola Estadual Indígena Índia Vanuíre foi, e ainda é, um santuário de aprendizado e respeito. Gosto de honrar o papel sagrado que a escola indígena carrega, ela nos ensina a ter um olhar aguçado para a teia do sagrado Kaingang. Ali, dentro daquele território de saber, as crianças aprendem a se relacionar com a natureza como parentes, como

se fosse parte daquele elemento que para nós, Kaingang são vivos e fazem parte de uma teia de saberes da ancestralidade. Aprendemos que no princípio, os animais, as plantas, os peixes e as aves regiam o mundo e a humanidade que viemos através deles, que somos descendentes de uma imensa e viva espiritualidade. Aprendemos que somos a continuação de um ecossistema não-humano.

A escola em Vanuíre tem a missão de cultivar o indivíduo em sua totalidade, tanto em sua mente quanto em seu espírito. Ela preserva e transmite o conhecimento Kaingang como uma chama viva, ao mesmo tempo em que nos prepara para dialogar com o mundo moderno. A educação ali não é um saber estático, mas um rio que integra a sabedoria ancestral e o conhecimento acadêmico. O currículo é pensado para que a criança se banhe nos dois idiomas, o Kaingang e o português, para que a língua de nosso povo continue a ser o sopro de nossa memória coletiva.

Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. O resultado são valores, concepções e conhecimentos científicos e filosóficos próprios, elaborados em condições únicas e formulados a partir de pesquisa e reflexões originais. Observar, experimentar, estabelecer relações de causalidade, formular princípios, definir métodos adequados, são alguns dos mecanismos que possibilitaram a esses povos a produção de ricos acervos de informação e reflexões sobre a Natureza, sobre a vida social e sobre os mistérios da existência humana. Desenvolveram uma atitude de investigação científica, procurando estabelecer um ordenamento do mundo natural que serve para classificar os diversos elementos. Esse fundamento implica necessariamente pensar a escola a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa desses povos. (RCNE/Indígena, p.20, 1988)

As paredes da sala de aula se desfazem, e o aprendizado se estende pela aldeia. Ele acontece na roda, com os mais velhos, na prática sagrada do artesanato, nos segredos da caça, da pesca, da coleta e do plantio. Ele pulsa no ritmo dos nossos cantos e na coreografia de nossas danças. A escola é portanto, uma fortaleza de resistência cultural, um lugar de reafirmação de quem somos, onde os valores que nos fundam são ensinados com a mesma importância do currículo oficial.

A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual. Tais conhecimentos não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea. (RCNE/Indígena, p.21, 1988)

Foi a partir dessa educação territorializada, tecida por minha escola, minha comunidade e minha família, que meus pés me levaram à cidade de Campinas. E quando o asfalto frio me fez sentir perdida, por um breve momento, foram meus ancestrais que sussurraram em meu coração, mostrando-me que o caminho se reencontra dentro de nós, guiado por essa memória que é terra, que é gente, que é bicho e espírito.

2.1 Bem-Te-Vi, Formiga E Milho: Uma Educação Territorializada

Com a alma em ressonância com o sagrado, me Inspiro na dissertação da ativista Célia Nunes Xacriabá, *O Barro, o Jenipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: Reativação da memória por uma educação territorializada*, 2018. Minha escrita floresce a partir de uma escuta atenta e afetiva, um mergulho profundo em meu território espiritual. Nessa jornada, o diálogo com o divino se manifesta em cada palavra, em cada reflexão. A escrita, portanto, não é apenas um ato acadêmico, mas um ritual que honra e fortalece os laços ancestrais que habitam meu corpo, em simbiose com a delicadeza do Bem-te-vi, a força coletiva da Formiga e a sabedoria milenar do Milho.

Talvez essa postura de escutar para depois falar - escuta intensa, no sentido não só de respeito aos mais velhos mas de produzir aprendizado na escuta - teve início para mim principalmente no começo da juventude, momento em que acompanhei meu pai em suas andanças, reuniões e articulações políticas. (Xakriabá, 2018, p.33)

Para dar voz às espécies que me acompanham, mergulho na teia viva da memória, onde se aninham os saberes da minha infância. Foi nos diálogos incessantes tecidos pela escola, por minha avó, minha mãe e minha comunidade, que compreendi, meu corpo é território. Ele é morada para a sabedoria de seres não-humanos, uma roça sagrada onde incontáveis raízes e sementes germinaram, regadas pelas histórias que me foram contadas. Sou, portanto, um corpo memória, um campo fértil de especificidades e existências.

Então, sempre, antes de falar, eu peço que fale não apenas a minha boca, mas também meu corpo, como lugar que guarda a memória daquilo que aprendo. Sinto que minha fala não é solitária, ela só tem força porque invoco e sinto a presença dos mais velhos e de minha ancestralidade. (Xakriabá, 2018 p.34)

Tecendo minha escrita em ressonância com a de Xacriabá, convido para esta conversa sobre uma educação viva os meus parentes de jornada. Os Kaingang da T.I. Vanuíre me ensinaram a afinidade primordial com a terra, uma história que começa com o Bem-te-vi como nosso primeiro cuidador. A memória de que foi este ser encantado a guiar a migração

segura do nosso povo reverbera em meu próprio corpo, ressignificando minha trajetória. Trago esta memória na voz de Rosimeire Barbosa:

A minha avó contava que quando surgiu o povo Kaingang eles viviam em uma floresta e havia um casal que ficava na floresta e que era protegido pelo pássaro bem-te-vi. Os bem-te-vis caminhavam com eles e os protegiam. Quando o pássaro cantava “bem-te-vi”, eles seguiam o pássaro, pois a ave estava indicando para onde eles deviam ir e onde deviam passar seus dias, até que conseguissem fazer o povoamento da sua etnia. O pássaro mostrava onde havia água, onde haviam frutas, para eles sobreviverem naquele lugar. Com a ajuda dos bem-te-vis eles conseguiram ter os seus primeiros filhos, e dos filhos vieram outros filhos... E com a chegada de mais gente, o pássaro não deu continuidade à condução do nosso povo. Foi quando Nhere teve uma ideia, porque ele não aguentava mais ver o seu povo passando necessidades. Nhere pediu que fizessem uma roça, que plantassem em um pedaço de terra, e ele colocou nessa terra o corpo e a história dele e daí nasceram os grãos e as raízes e toda a alimentação Kaingang. (Barbosa et al, 2024, p.32).

Entendo, então, que minha pesquisa não nasceu na academia, mas germinou na caminhada ancestral de um povo guiado por um espírito-pássaro. É este mesmo guia que me trouxe a Campinas e que me ensina, a cada dia, a linguagem do chão que piso.

Nesse mergulho sagrado, uma certeza floresce, o Bem-te-vi é o próprio sopro da mudança, e toda mudança é por ele anunciada. Dar ouvidos ao seu voo e à sua presença é iniciar-se em um saber territorializado, uma ciência tecida de segredo e sagrado.

Com igual devoção, chamo a presença de *Penkry*, a formiga, a quem nós, Kaingang, reconhecemos como nossas avós. Elas trazem consigo a sabedoria do cuidado, da orientação e da proteção matriarcal. *Penkry* surge como aliada na arquitetura da minha identidade espiritual, fazendo de mim um corpo que carrega a força e a sabedoria das avós-formigas.

“[...]gosto muito de falar, também, da nossa relação com as formigas. Porque a gente também gosta muito de formiga. Eu sempre digo: “as formigas são minhas avós, não matem as minhas avós”. (Barbosa et al, 2024, p. 66)

E é por meio delas, por essa ciência ancestral, que meu corpo-território se transforma naquilo que nomeio educação territorializada. Assim, ao escutar essas vozes, sinto a necessidade de evocar e honrar todos os meus ancestrais.

Enxergamos na sabedoria dos mais velhos uma fonte de conhecimentos, temos a opção de deixar que esses conhecimentos passem por nós como chuva passageira ou podemos converter a nós mesmos em cacimbas que armazenam e guardam água para o tempo da necessidade. (Xakriabá, 2018, p.44)

A vida, a ciência e a própria existência do povo Kaingang se fundam em presenças espirituais que habitam corpos de animais e plantas, uma força invisível que é o alicerce de tudo. Dentre elas, está *Nhere*, o milho, nosso alimento sagrado. A memória ancestral nos

conta sobre Nhará, um homem cuja sabedoria não vinha dos homens, mas da própria natureza. Com seu cachimbo, ele dialogava com os encantados para guiar seu povo.

Diante da fome que castigava sua gente, Nhará não hesitou. Ofereceu o próprio corpo em sacrifício, pedindo para ser girado sete vezes e plantado na terra para que seu povo pudesse viver.

“Os homens fizeram o que o velho tinha pedido e, após as setes luas, eles encontraram uma plantação alta, com espigas verdes. Depois disso, esse povo nunca mais passou fome” (Adriano César Rodrigues Campos...[et.al.]. - São Paulo:SEE, FEUSP,2010)

Após sete luas, seu corpo não estava mais lá, havia se transformado numa vasta plantação de milho, de todas as cores, que findou a escassez para sempre. Em seu tributo, o milho em nossa língua materna Kaingang é *Nhere*. Seu ato é a própria semente da minha pesquisa.

Portanto, a educação territorializada que defendo é a colheita desses saberes que me formam e que fazem do meu corpo um território. É um caminho de escrita que, na esteira de pensadoras como Célia Xakriabá, valoriza a sabedoria que brota da terra e fortalece a identidade coletiva. Ao territorializar meu saber, declaro que, sou um corpo que se orienta pelo voo do Bem-te-vi, se estrutura pela força das avós-formigas e se nutre, em corpo e espírito, pelo legado de Nhará.

3. Educação Territorializada

Nos tempos atuais, surgem inúmeras incertezas na realidade social globalizada, homens virando centro do universo e investindo em políticas de destruição, onde a comercialização do sagrado e destruições de territórios indígenas, surge como uma nova tentativa de silenciamento cultural, jogando a ciência sagrada dos povos indígenas em uma zona de esquecimento. Por esses e outros diversos motivos, trago nesses escritos, uma outra forma de olhar e se conectar com a terra.

Em resumo e até mesmo grosseiro, a história do Brasil é mencionada a partir da colonização européia e suas políticas de homicídios. Hoje as histórias e saberes originários têm se tornado evidentes, nas buscas de valorização dos povos indígenas, isso por que o nosso povo tem valor, tem práticas e conhecimentos que são vivos, antes mesmo de terem fatiado os territórios em busca de riqueza e exploração. É a partir desse movimento de conexão com o território, que escrevo a partir de uma educação diferenciada, uma educação que aprende e

ensina com a terra e seus elementos, não sobre uma educação mecânica, imposta como requisito para o beneficiamento da bolha governamental, mas como uma educação da libertação, que nos leva a entender que podemos aprender com a diversidade que nos cerca e atinge, sendo elas humanas e não humanas.

Desde pequena, vovó e mamãe me ensinaram que a natureza é uma grande mestra, onde suas raízes e espíritos carregam uma sabedoria inimaginável. Os rios ensinam sobre o fluxo da vida, sobre a importância de seguir adiante, contornando os obstáculos sem perder a essência. As matas me mostram que há força na diversidade, que cada ser tem seu papel e que a harmonia depende do equilíbrio entre todos. As ervas medicinais, extraídas dos territórios da mata, usadas pelos Kaingangs há séculos, carregam um conhecimento profundo que vem da observação e do respeito à terra. Cada planta tem sua função, cada raiz, seu segredo. Esse saber não está nos livros, mas na experiência de quem vive em sintonia com o mundo espiritual, de quem aprendeu a ouvir a floresta e a entender seus sinais, saberes esses que são transferidos de geração para geração, saberes que nascem e morrem na T.I Vanuíre, sendo ensinados no solo da escola e, muitas vezes, embaixo de um pé de árvore. A valorização de uma educação territorializada é essencial para reencontrar e não perder essa conexão com os saberes não humanos.

É enfatizar que a terra não é um recurso a ser explorado, mas um lar a ser cuidado, e compreender que cada folha, cada gota de água, cada canto da mata tem um significado. Aprender que não somos donos da natureza, mas parte dela, que sem ela não existe humanidade. Se quisermos um futuro, precisamos olhar para esses saberes ancestrais com respeito. Precisamos ouvir os rios, as árvores, as plantas, milho, formiga e bem-te-vi, compreender que tudo está interligado, a terra, os seres, os sonhos, o passado e o futuro. É essa educação que precisamos evidenciar, escutar o chamado que a terra faz através de seus elementos e principalmente sobre como elas se apresentam para os Kaingangs.

Escutar uma educação territorializada significa valorizar os saberes locais, dar voz às comunidades, reconhecer que cada bioma, cada cultura, cada povo tem sua própria maneira de ensinar e aprender. Significa entender que a escola não pode estar separada do lugar onde está inserida, mas sim enraizada nele, aprendendo que os Kaingang de Vanuíre mantêm viva a relação com a terra.

Preservar essa educação é garantir que os saberes tradicionais sejam respeitados e transmitidos. É lutar para que as crianças aprendam não apenas dentro de quatro paredes, mas também nos rios, nas matas, nos campos, com aqueles que conhecem o território em sua essência. É defender que a escola seja um espaço de diálogo entre diferentes formas de

conhecimento, onde a ciência acadêmica e o saber ancestral possam caminhar juntos. Para isso, precisamos fortalecer as políticas públicas que protejam os territórios tradicionais, garantir que os povos originários e comunidades tradicionais tenham autonomia sobre suas próprias formas de ensino e aprendizado. E, acima de tudo, precisamos aprender a ouvir. Porque a terra fala, os rios ensinam, as florestas guardam histórias, basta que estejamos dispostos a escutar.

3.1 O Corpo como Primeiro Território

Antes de qualquer mapa cartográfico, nosso primeiro território é o corpo. O corpo brasileiro é um texto vivo, um mapa-múndi encarnado onde se inscrevem as histórias de travessias, encontros e fusões. Em nossa pele, habitam as cores de muitos povos, em nossa culinária, os sabores de continentes, em nossa língua falada, os sotaques e as palavras que carregam o sopro de inúmeras ancestralidades. Não se trata de uma multiculturalidade abstrata, mas de uma realidade que se manifesta em nossos gestos, em nossos jeitos, na forma como caminhamos e nos relacionamos. Somos a prova viva de que o conhecimento pode brotar de muitos solos.

Essa sabedoria encarnada, no entanto, foi historicamente deslegitimada por um modelo de saber que se restringe a letras e números. A escola tradicional nos ensinou a desconfiar do conhecimento que vem das mãos que tecem o cesto, da voz que entoia o canto, do corpo que dança o ritual. Fomos levados a crer que o saber era algo exterior, a ser adquirido em instituições, e não uma potência criativa que já habita em nós. Reconhecer nosso corpo como território é o primeiro passo para reivindicar a legitimidade de nossas múltiplas formas de existir e conhecer.

3.2 A Sombra sobre o tecido diverso

Paradoxalmente, esta nação que é um tecido fiado com as linhas de tantos mundos é também um lugar de profunda dor. Sobre a riqueza de nossa diversidade, paira a sombra de uma intolerância violenta, uma ferida colonial que insiste em não cicatrizar. Este país, composto por habitantes diversos, detém recordes de racismo, de intolerância religiosa, de violência contra os povos originários e de apagamento sistemático de todos os corpos e saberes que escapam à norma hegemônica.

Essa violência não é um mero acidente, é um projeto. É a manifestação de um sistema que vê a diversidade não como potência, mas como ameaça. A mesma mão que um dia açoitou, hoje assassina jovens indígenas nas aldeias, incendeia casas, desmata florestas e silencia as vozes que ousam pensar e existir de outras formas. É uma escola morta que se estende para além dos muros institucionais, produzindo uma sociedade que adoece por não saber lidar com a própria imagem no espelho.

3.3 A educação desenraizada como projeto de apagamento

A raiz dessa contradição dolorosa está profundamente fincada no modelo educacional que nos foi imposto, a escola, que na sua origem grega era um espaço de prazer e diálogo, converteu-se em uma máquina de controle, obediência e formatação. Com seu formato quadrado, suas regras rígidas e seu currículo desenraizado, a educação tradicional operou e ainda opera como uma ferramenta de epistemicídio, o assassinato deliberado de outras formas de saber.

Ao nos apresentar um conhecimento supostamente universal, mas que fala apenas a partir de um centro de poder, a escola nos arrancou de nossos territórios. Ela nos ensinou a olhar para o nosso próprio chão, para a sabedoria de nossos avós e para as linguagens da natureza como algo menor, folclórico, obsoleto. Ela nos convidou a sonhar com o ser alguém na vida, por meio de um certificado, como nos diz Cristine Takua (2022), enquanto nos desconectar da vida que pulsa em nossas comunidades. Essa é a educação que adoece, que gera competição e que, ao final, nos tranca em nossos quadrados, cheios de teorias que não conseguimos praticar.

3.4 A educação territorializada como caminho de cura

A superação da profunda ferida colonial que marca a sociedade brasileira não emergirá de simples reformas em um modelo educacional falido, mas de seu corajoso abandono em favor de um caminho de cura. Este caminho é a educação territorializada. É crucial compreender que não se trata de um novo método pedagógico a ser enlatado e distribuído, nem de um currículo alternativo a ser imposto. Trata-se, fundamentalmente, de uma outra postura diante do mundo, do saber e da própria vida. É uma proposta que se afasta deliberadamente das burocracias, dos formatos e das regras que caracterizam a escola como a entendemos hoje. A intenção não é replicar a instituição-escola, mas sim valorizar e fortalecer a transmissão de conhecimento em seu fluxo vivo e orgânico.

Este movimento nasce de uma profunda humildade, não carrega a pretensão de resolver os complexos problemas da educação no Brasil, mas semeia uma ideia, um sonho de fortalecer os saberes e fazeres que já estão acontecendo e resistindo em diversos territórios. É um convite para que cada educador, em sua realidade, possa intuir e captar formas de praticar essa transformação em suas atividades diárias. A proposta é, portanto, “semear ideias, semear sonhos, semear possibilidades de transformação”(Cristine Takua,2022), ciente de que o caminho cabe a cada um buscar e construir coletivamente.

O primeiro passo nessa jornada é a descolonização da nossa escuta, a educação hegemônica nos treinou para ouvir apenas a voz humana, e dentro dela, apenas as vozes legitimadas pela academia e pela letra. Uma educação territorializada, ao contrário, nos convida a ampliar radicalmente nossa percepção de quem são os mestres. É uma educação que ousa dialogar com os não humanos, é a prática de sair das quatro paredes para conversar com as plantas, com as pedras, com os outros seres, reconhecendo que eles possuem linguagens e saberes que os livros didáticos não comportam.

Isso implica em levar a sério os sonhos, as visões e os encontros que ocorrem em outros planos da existência, para além da materialidade imediata. Significa compreender que o som do maracá pode comunicar narrativas muito mais complexas e profundas do que um texto escrito jamais conseguiria descrever. Essa postura transforma radicalmente o espaço de aprendizagem. A escola quadrada, símbolo da ordem e do controle, dá lugar à escola circular. O círculo é a forma do encontro ao redor da fogueira, da roda de conversa, da dança dos rituais. É um espaço onde a hierarquia se dissolve e a palavra pode girar, nutrindo a todos igualmente. É uma escola que se entende como cíclica, em sintonia com os ritmos da chuva, da formiga, do bem-te-vi, do milho e de todo o cosmos.

Uma educação que brota do território é, por natureza, uma educação que honra a ancestralidade. Ela reconhece que o conhecimento mais vital é aquele que corre no fio da memória, transmitido pela oralidade e pelos gestos dos mais velhos. Em um tempo em que assistimos à partida de tantos anciãos e anciãs, torna-se urgente registrar e dialogar sobre essa memória viva que habita dentro deles antes que ela se vá. A escola territorializada se torna, assim, um espaço de fortalecimento da memória, um lugar onde as novas gerações podem se nutrir diretamente da fonte de sabedoria que seus antepassados legaram.

Reflorestar o território significa dar condições para que os seres que habitam os cantos e as narrativas sagradas como os espíritos possam voltar a existir na realidade concreta. É a possibilidade de que as crianças possam visualizar e interagir com essa cosmologia viva, não como mitologia distante, mas como parte pulsante de seu cotidiano. Quando se refloresta a terra, se repovoa o mundo com sentido, com encanto e com sagrado.

Finalmente, a educação territorializada não é um caminho solitário, mas uma construção fundamentalmente coletiva. Ela se materializa no apoio a iniciativas que já existem e resistem nos territórios, em um esforço conjunto que se assemelha ao trabalho de várias formiguinhas juntas. É um grande tecido, uma teia que se vai tecendo coletivamente. A força desse movimento reside na conexão, no diálogo e na troca entre as diferentes realidades.

A realização de intercâmbios entre os diversos espaços de fortalecimento é uma ferramenta poderosa para que os territórios se fortaleçam mutuamente. É através dessa circulação de parentes, ideias e experiências que se pode sentir e visualizar como esse "tecido vai se transformando em cada território". Não se busca uma uniformidade, mas um fortalecimento mútuo na diversidade, criando uma ponte de diálogo que aproxima os mundos e fortalece os saberes.

Em suma, a educação territorializada emerge como uma resposta decolonial à violência da escola desenraizada. É um caminho de cura porque nos convida a retornar ao nosso corpo, a honrar nossa memória e a escutar a terra. É um projeto político e espiritual que, em vez de respostas concretas, oferece um sonho conjunto: o de tecer, fio a fio, uma educação que nos permita não apenas sobreviver, mas florescer em nossa integridade e em nossa diversidade.

4. Metodologia: A Pedagogia do Cesto e o Trançar dos Saberes

O conhecimento, para nós Kaingang, não nasce no silêncio da mente, mas no movimento ritmado das mãos que buscam no mato a taquara certa. Ele tem a textura do cipó, a flexibilidade da fibra e a resistência de um cesto bem trançado, que carrega desde o alimento até a sabedoria. Minha metodologia não poderia, portanto, brotar de outro lugar que não fosse a própria terra que me constitui e a sabedoria ancestral que me guia. Eu a chamo de Pedagogia do Cesto.

Esta não é apenas uma metáfora, mas uma episteme em si, um modo de caminhar, de ver, de sentir e de construir o conhecimento. Ela se recusa a ser uma linha reta, um caminho único e duro como o giz do não-índigena, que por tanto tempo riscou nossas histórias. Ao contrário, ela assume a circularidade, o vai e vem do tecer, um movimento que respeita o tempo da matéria e a sabedoria das mãos. Para construir este caminho, dialogo com a força da educação territorializada de Célia Xakriabá (2018) e com a sensibilidade do trançado como instrumento teórico-metodológico de Patrícia Veiga (2023) junto ao povo Baniwa.

Quero tecer, com os fios mais luminosos da memória e da gratidão, uma homenagem às pessoas que ajudaram a compor a tapeçaria da minha formação como pesquisadora, artista e guardiã da cultura Kaingang. Este projeto não é uma criação solitária, ele foi urdido na trama coletiva do grupo de pesquisa MultiTão, entrelaçado com os fios de nossas conversas, fortalecido pela linha dos trabalhos em conjunto, colorido pelas risadas e até mesmo remendado pela partilha de nossos medos.

Nesta tecelagem, os desenhos mais importantes foram traçados pelas mãos e corações de Mariana Vilela, Valéria Scornaienchi, Emanuely Miranda, Larissa Belini, Susana Dias, Paulinha Pinto, Milena Bachir e Natália Aranha. Através da riqueza de suas pesquisas, da clareza de suas orientações e do calor de suas amizades, elas me presentearam com novas agulhas e novas cores. Foi assim, fio a fio, ponto a ponto, que se revelou e nasceu a metodologia da pedagogia do cesto, uma forma de construir conhecimento que honra cada fibra que a compõe e cada mão que a tece, um método para fiar uma escrita que fosse minha e que me trouxesse até aqui, a este exato ponto de chegada e partida.

A todas elas, mestras e companheiras de ofício, e à inteireza do grupo MultiTão, entrego minha mais profunda e sincera gratidão. Sem o apoio de vocês, essa ânsia de pesquisar, essa vocação para partilhar e essa missão de honrar meu povo através da palavra seriam um fardo muito mais pesado. Vocês transformaram o que seria um caminho desafiador em uma ciranda de mãos dadas, tornando a jornada não apenas possível, mas profundamente bela.

A Pedagogia do Cesto não é um método, mas um caminho que se revela em quatro grandes movimentos, uma dança que espelha o gesto sagrado de criar a nossa cestaria tradicional. O primeiro deles, o mais fundamental, não começa com as mãos, mas com os pés. É o movimento de aprofundar, de ir para dentro, é o ato de descalçar-se, não apenas dos

sapatos, mas das presas e das certezas, para firmar os pés no chão que me sustenta. É sentir a pulsação da terra sob a pele, perceber sua umidade, seu calor ou seu frio, e reconhecer que este chão que me acolhe não é um recurso inerte, mas um corpo vivo, sagrado, que guarda as pegadas e os ossos dos que vieram antes de mim.

É ouvir com a sola dos pés as histórias que só a terra sabe contar, a partir desta conexão visceral, desta escuta profunda, é que se entende o princípio de tudo: a base do nosso cesto de saber é a própria terra, antes que qualquer fio de taquara seja cruzado, é preciso tecer essa primeira aliança, pedir licença e compreender que todo conhecimento que ali será guardado brota primeiramente, deste solo fértil que é nossa origem, nosso sustento e nosso destino.

4.1. O caminhar e a coleta dos fios no território: A base do cesto acadêmico

O cesto acadêmico do *fóg*, do não-indígena, muitas vezes nasce em uma sala fechada, sob a luz artificial, a partir de fios já secos, retirados de livros que guardam palavras mortas. O nosso cesto, o cesto-pesquisa Kaingang, nasce de outra forma. Ele nasce com os pés, o primeiro movimento da nossa metodologia é o caminhar.

Mas não se engane, este não é o trabalho de campo do antropólogo que vem nos visitar, não é um ato de observação distanciada, de extração de dados para levar embora e analisar longe dos nossos olhos. O nosso caminhar é um ato de pertencimento, de diálogo profundo com a terra que é a extensão do nosso corpo. Como nos ensina a parenta Célia Xakriabá (2018), é um processo de educação territorializada, em que o saber "é vivido no corpo do território, ou no corpo-território" (p.9). Minha pesquisa, portanto, não é sobre o território, ela é com o território.

Meu corpo, enquanto pesquisadora, é a primeira ferramenta, a primeira cuia que recolhe os saberes que a mata oferece. Pensar o cesto com a pesquisa acadêmica é, antes de tudo, revolucionar a ideia de coleta. O que são os fios que colhemos para o nosso cesto de conhecimento? Para a academia tradicional, são os dados, as entrevistas transcritas, os números, os artefatos catalogados. Fios sem vida, arrancados de seu lugar de origem. Para nós, os fios são vivos, um fio pode ser a narrativa de um ancião contada ao pé do fogo, com suas pausas, seus silêncios e o brilho em seu olhar. Outro fio é o canto de um pássaro que anuncia a chuva, um saber que nenhum livro ensina. Outro, ainda, é a textura da argila em

nossas mãos, o cheiro da taquara recém-cortada, o desenho que uma criança faz na terra. Cada um desses fios carrega em si uma trama complexa de relações, uma memória ancestral.

A escolha de quais fios coletar já é um ato metodológico e profundamente ético. O cesto acadêmico que nos propomos a tecer não é um objeto de arte para enfeitar a prateleira de uma universidade distante. Ele tem uma função, assim como nossos cestos tradicionais, precisa ser forte para carregar as sementes da nossa autonomia, flexível para se adaptar às nossas necessidades e belo para honrar a sabedoria dos nossos ancestrais. Por isso, não colhemos qualquer fio. Não nos interessam os fios do segredo, aqueles que não devem ser partilhados. Não nos interessam os fios que, ao serem retirados, enfraquecem a trama da nossa comunidade. Meu olhar de pesquisadora, guiado pela **Pedagogia do Cesto**, busca os fios que fortalecem, que curam, que conectam.

É aqui que o nosso fazer se distancia radicalmente da lógica extrativista da academia, o caminhar e a coleta não são para acumular conhecimento para um indivíduo, mas para tecer uma ferramenta para o coletivo. Cada fio escolhido já é pensado em como ele se conectará com os outros, em que parte do cesto ele trará mais firmeza, em que momento do trançado ele revelará um desenho. Este é um processo que, como nos mostra a experiência de Veiga (2023) com o povo Baniwa, transforma a própria pesquisa em um objeto, um cesto que é tecido em diálogo e para o fortalecimento da comunidade.

Portanto, pensar o cesto com a pesquisa acadêmica é entender que a metodologia começa muito antes da escrita. Ela começa na intenção que guia nossos passos pelo território, no respeito com que tocamos e pedimos licença aos fios de saber, e na consciência de que cada fio coletado é um compromisso. O compromisso de tecê-lo com maestria para que o cesto final não seja apenas um repositório, mas um corpo vivo, um corpo-território, um corpo-cosmo, que carrega em sua trama a própria alma do nosso povo e do nosso território.

4.2 A Preparação da Taquara e o Tingimento dos Saberes

Um cesto forte não se faz com a taquara bruta, *in natura*, depois de coletada com respeito no território, ela precisa ser preparada. É um trabalho que exige o corpo inteiro, a força para fender o colmo, a precisão para tirar as lascas na espessura certa, a paciência para raspar cada fibra, removendo as farpas, tornando-a lisa, flexível, pronta para o tecer. Na pesquisa acadêmica, este é o momento mais íntimo com os saberes que acolhemos.

Este preparo é a antítese da análise fria e distante do *fóg*. Não se trata de dissecar uma narrativa, de codificar uma fala ou de reduzir uma memória a categorias pré-definidas, preparar os fios do saber é sentar-se com eles. É ouvir a gravação de um ancião não uma, mas dez vezes, não apenas para transcrever as palavras, mas para sentir a respiração, o ritmo da fala, o peso dos silêncios. É olhar para o desenho de uma criança até que ele nos revele mais do que as formas, mas o sentimento que guiou a mão. Este processo, como nos lembra Veiga (2023) ao aprender a "manusear os talos da palha" com o povo Baniwa, exige uma compreensão corporal antes que os desenhos possam se formar. É a continuidade da educação territorializada de Célia Xakriabá (2018), onde o corpo-território da pesquisadora se torna o espaço onde a sabedoria é polida, cuidada e honrada.

Depois de preparados, alguns fios recebem cor, é aqui que a pedagogia do cesto dialoga de forma mais explícita com os diferentes mundos do conhecimento. Em nosso tecer, distinguimos dois tipos de fios. Os fios na cor da terra, são as fibras de taquara em sua cor natural, a base do nosso cesto, representam o conhecimento Kaingang, a nossa episteme, as narrativas, os cantos, as práticas que nos constituem. São os fios que dão a estrutura, a resistência e a identidade fundamental do nosso trabalho.

Os fios tingidos, para dar cor, usamos os pigmentos da nossa terra, o vermelho do urucum, o preto do jenipapo, o amarelo do açafrão. E é com esses pigmentos que tratamos os saberes que vêm de fora. O giz da academia, como Xakriabá (2028) o nomeia, não entra em nosso cesto em sua cor branca e fria. Nós o mergulhamos em nossos pigmentos que aprendemos com nossos ancestrais.

A teoria do não-índigena é tingida com as nossas perguntas, com a nossa realidade, fazemos o que Célia chama de "amansar o giz", um ato de indigenizar a escrita e o pensamento acadêmico, transformando-o para que ele sirva ao nosso propósito, e não o contrário. Da mesma forma, as palavras de outras parentas, como os saberes Baniwa e Xakriabá que nos chegam por meio de Veiga (2023), Célia (2028) e Kaingang (2021), são fios que tingimos com a nossa própria experiência Kaingang, criando um diálogo entre povos, fortalecendo a nossa trama com a beleza da diversidade.

Este tingimento é um ato de soberania epistêmica, ele garante que os conhecimentos externos não apaguem a cor natural da nossa taquara, mas compunham, junto a ela, os

desenhos que escolhemos tecer. É um processo que exige sabedoria para saber qual cor usar, em que momento do trançado ela entrará, e como ela dialoga com os outros fios.

Preparar e tingir os fios é, portanto, um momento metodológico crucial. É onde definimos a paleta de cores do nosso cesto de saber. É onde afirmamos que todos os conhecimentos são bem-vindos, desde que aceitem ser banhados em nossas cores, preparados por nossas mãos e tecidos segundo a nossa lógica. Apenas com os fios devidamente preparados, com suas texturas e cores em harmonia, podemos passar ao próximo movimento, o teçume onde, de fato, o conhecimento ganha forma e assim dialoga juntas, emaranhadas e trançando a arte com as ciências.

4.3. O Teçume do Saber: Onde os Fios se Encontram

Para a academia, a análise é um ato de distanciamento, é por muitas vezes pegar o saber, colocá-lo sobre uma mesa fria, cortá-lo em pedaços, nomear cada parte e depois tentar juntar os cacos para explicar o todo. A nossa análise é o oposto, ela não corta, ela une. A nossa análise é o próprio ato de trançar.

Este é o centro da Pedagogia do Cesto, aqui, a pesquisa abandona de vez a pretensão da linha reta, o conhecimento, para nós, não se revela em uma sequência lógica de A para B e de B para C. Ele se revela na dança dos fios, no movimento circular e infinito do tecer. Como nos ensina Veiga (2023) em sua caminhada com o povo Baniwa, o trançado se torna o próprio "instrumento teórico-metodológico, estético e prático" da pesquisa. Não há separação entre o fazer e o pensar, eles acontecem no mesmo gesto.

Imagine minhas mãos, em uma, seguro um fio na cor da terra, a fala de uma anciã Kaingang sobre a primeira semente, na outra, um fio tingido de urucum, um conceito decolonial sobre epistemicídio. O movimento do tecer me obriga a passar um fio por cima do outro, depois por baixo. A fala da anciã não é apenas um dado a ser analisado pela teoria, ela é a própria estrutura que questiona, sustenta e dá sentido ao fio que veio de fora. A teoria não explica a fala da anciã, ela se emaranha, ela cria um desenho, uma forma, uma nova cor que só existe na junção das duas.

Neste teçume, a análise acontece na relação, é um movimento constante e multidimensional. Como bem nos lembra Xakriabá (2018), "tecer histórias é como tecer uma rede de memórias" (p.20), e nesta rede, cada nó é um ponto de encontro, uma nova

compreensão que nasce do diálogo entre os fios. Uma narrativa de luta por nosso território se entrelaça com a história de vida de uma pesquisadora indígena, um canto tradicional ilumina um debate sobre pedagogia, um desenho de criança desfaz a rigidez de um documento oficial.

A pesquisadora aqui, não é a mente isolada que analisa, sou uma tecelã, e as mãos da tecelã não se movem sozinhas, elas carregam a memória de incontáveis gerações. Quando eu tranço, não sou apenas eu, uma jovem de 24 anos, terminando a graduação. São as mãos da minha mãe, da minha avó, da minha bisavó e das demais ancestrais que me ensinaram o primeiro ponto. É a sabedoria coletiva do povo Kaingang que guia o caminho dos fios. A pesquisa, portanto, deixa de ser um ato de autoria individual para se tornar uma expressão da inteligência coletiva.

O objetivo deste teçume não é chegar a uma conclusão final, a uma verdade única e inquestionável, o objetivo é que o cesto seja firme, que a trama seja tão bem amarrada que possa carregar o peso da nossa história e a esperança do nosso futuro. Que os desenhos que surgem do encontro dos fios revelem a beleza e a complexidade do nosso pensamento. O teçume é, portanto, um ato de responsabilidade, cada fio trançado é um compromisso com a verdade não dos fatos, mas da harmonia e da força que só um saber tecido em comunidade pode ter.

4. 4. O Cesto Pronto: Um Objeto para Conter e Partilhar

Por muitas vezes, na academia, algumas pesquisas terminam em silêncio, uma escrita encadernada, com capa dura, que cumpre seu papel de garantir um título e depois descansa em uma prateleira, acumulando a poeira do esquecimento. Seu ciclo é a morte, ela nasceu para ser um ponto final.

O nosso cesto-pesquisa ou pedagogia-cesto, nasce para ser o contrário, quando o último fio de taquara é arrematado, quando a trama se firma e o objeto ganha forma em nossas mãos, seu ciclo está apenas começando. Ele não é um túmulo para dados mortos, é um útero para saberes vivos. este trabalho, portanto, não é um trabalho de conclusão de curso no sentido convencional. Ele é, como nos inspira Veiga (2023), uma “tese-objeto”, e como todo objeto em nossa cultura, ele nasce com uma função, um cesto não é feito para ser olhado, mas para ser usado.

E o que este nosso cesto carrega? Ele não carrega resultados ou conclusões definitivas. Ele carrega sementes, sementes de memória, prontas para serem plantadas nos quintais das escolas, memórias, conversas, desenhos, cantos e até mesmo no cosmo e nos corações do nosso povo. Sementes de perguntas, para que novos pesquisadores-tecelões possam cultivá-las. Sementes de luta, que alimentam nossa caminhada. Este trabalho não busca fechar um ciclo de conhecimento, mas iniciar inúmeros outros. Como nos ensina a experiência Xakriabá (2018), o objetivo é a reativação da memória, e este cesto é a ferramenta que leva as brasas de uma fogueira para acender outras.

Seguindo a linha de pesquisa de divulgação científica e cultural, entendo que a potência de um saber não está em sua complexidade teórica, mas em sua capacidade de circular, de ser partilhado, de fazer sentido na vida da comunidade. O valor deste cesto não será medido pelo número de citações que receberá em artigos acadêmicos, mas pelo número de mãos que o segurarão. Sua serventia está em ser levado para a roda de conversa dos professores, em carregar as histórias que serão contadas para as crianças, em guardar os desenhos que inspirarão novos artesãos. Ele não é um produto final, mas, como descreve Veiga (2023), uma "tese aberta, na qual os tecimentos estão em constante movimento do fazer"(p.15).

Por fim, esta pedagogia-cesto é um ato político, em um mundo acadêmico que tantas vezes nos silenciou ou falou por nós, povos indígenas, tecer nosso próprio cesto com nossos próprios fios e segundo a nossa própria lógica é afirmar nossa autonomia epistêmica. É a materialização da autoria indígena sobre a qual fala Célia Xakriabá. É a prova de que nosso conhecimento não precisa da validação do giz para ser forte e belo. E como ela, sinto o peso e a alegria deste fazer. Como ela diz, "ser a primeira não me torna mais importante, mas traz para mim o compromisso de lutar para não ser a última" (p.19).

Que este cesto, portanto, não seja o único, que sua trama inspire e que ele sirva, acima de tudo, para carregar as ferramentas, os saberes e a coragem para que muitas outras tecelãs e tecelões Kaingang, Terena, Krenak, Atikum, Fulni-o, Pankararu e Guaraní da T.I Vanuíre possam, a partir de agora, trançar seus próprios cestos de conhecimento, fortalecendo nosso povo e nossa terra.

5. O Berço dos Fios: A Voz do Território em Nosso Cesto

Este saber não foi parido no silêncio de uma mente só, nem germinou nas páginas frias de livros que nunca sentiram o cheiro da nossa fogueira, ele é filho de uma vastidão de vozes, pois as ciências Kaingang, as nossas ciências, não se escreve em linha reta, ela pulsa em círculo, nasce de uma grande roda de parentes que se sentam para tecer o mundo. O coração desta metodologia é reconhecer que a pesquisa nunca é um ato solitário, mas uma conversa sagrada com nossas três famílias, os humanos, os não-humanos e os mais-que-humanos.

Nesta roda sentam-se os humanos, o conhecimento chega no calor do encontro, no cuidado da avó que, com as mãos que já sabem o mapa da taquara de cor e que já amassou o barro por diversas vezes, nos passa os saberes sagrados não como lição, mas como herança. É um saber que entra pelos dedos que aprendem a trançar e aloja no peito. Ele vive na partilha, na confiança de uma liderança que nos entrega sua história, sabendo que ela será um fio de sustentação em nosso cesto.

Ao lado deles, sentam-se os não-humanos, nossos mestres silenciosos que ensinam pela presença e pela matéria. O cipó que se verga ao vento, mas não quebra, nos ensina a ciência da resiliência. O jenipapo, esse grande companheiro de pele e de espírito, não nos dá apenas uma tinta, ele nos revela a ciência por trás de cada grafismo, ele prepara o nosso corpo para que a alma enxergue, ele nos veste para a luta e para o sagrado. Cada planta, cada bicho, cada pedra ao nosso redor não é um recurso a ser estudado, mas um parente que, mesmo sem dizer uma palavra, partilha conosco os segredos da terra.

E no espaço que os olhos não veem, no sopro que anima a fogueira no centro da roda, sentam-se os mais-que-humanos. São os nossos encantados, os espíritos dos antigos, dos animais e das plantas que nos visitam quando o mundo adormece. Eles chegam na clareza de um sonho, no arrepio de um canto, no caminho que um animal cruza à nossa frente. Eles não têm forma fixa, pois podem ser o vento que curva a araucária ou a onça que nos olha de longe. São eles que, no fundo da noite, sopram nos ouvidos se o caminho que trilhamos é verdadeiro. Eles não são crenças a serem descritas, são os coautores mais sensíveis desta pesquisa, as vozes que garantem que nossa tecelagem não seja apenas um ato da mente, mas um movimento da alma.

As sementes deste trabalho também germinaram nas conversas que aqueceram as noites frias e nas entrevistas que se tornaram encontros sagrados longos e bons proseados com

os mestres e as mestras Kaingang. Suas vozes, hoje abrigadas no site da Revista ClimaCom¹, são a própria fundação desta pesquisa, com destaque para três pilares vivos de nosso povo.

O primeiro é Constantino Jorge da Silva, professor na escola indígena Índia Vanuíre, que leciona a cultura Kaingang para as crianças. Ele foi meu mestre e, com generosidade, depositou em mim a sabedoria do nosso povo, ensinando o profundo respeito pela nossa cosmologia.

A segunda presença fundamental é a da cacique e professora Lidianne Damasceno Cotui Ignesta. Sua voz potente manifesta a força do feminino e o cuidado com as culturas Kaingang e Krenak, nos lembrando da singularidade de cada modo de viver. No seu trabalho com os jovens, ela promove o diálogo entre os saberes ancestrais e o currículo do estado, além de ser a gestora do museu Akãm Orãm, coordenadora da dança Krenak e mestra artesã.

Por fim, e com igual importância, honro Rosimeire Barbosa, liderança Kaingang. Professora e guardiã da nossa cultura, ela fez da língua indígena Kaingang a viga mestra de sua atuação, um pilar que sustenta tanto sua pedagogia quanto sua liderança

Constantino, Lidianne e Rosimeire são as pessoas que mantêm a chama da nossa memória acesa na Terra Indígena Vanuíre. Foram eles os primeiros a me entregar os fios, não como quem oferece dados a uma pesquisadora, mas como quem partilha o saber ao redor da fogueira, como quem confia um segredo a um parente.

Cada pergunta que eu trazia, por mais que viesse vestida com a linguagem da academia, era desarmada pela sabedoria de quem responde com a vida. As entrevistas se desfaziam em relatos, as conversas formais se transformavam em cerimônias de partilha. Aprendi que o verdadeiro conhecimento não é arrancado, ele é um presente que nos é dado quando o nosso coração se mostra digno de recebê-lo. Em cada fala de um professor sobre os desafios de ensinar nossa língua, em cada narrativa de uma liderança sobre a luta pela terra, em cada risada e em cada silêncio, um novo fio era colocado em minhas mãos.

Portanto, que fique claro desde o primeiro trançado, a autoria deste cesto é coletiva, minhas mãos apenas juntaram os fios que já existiam, que já eram fortes e coloridos na voz da minha gente. A sabedoria que aqui se desenha pertence à comunidade, aos mestres que, com a generosidade de quem semeia, me permitiram colher um punhado de suas sementes. Este

¹ Revista ClimaCom: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/vozes-em-trama/>

trabalho é o eco de suas vozes, a transcrição da sabedoria que não está nos livros, mas no pulsar vivo da aldeia. É a partir desta escuta, deste respeito profundo pela fonte, que a nossa tecelagem se torna possível e verdadeira.

5.1 O Foice que Apagava Nossos Desenhos: Memórias de Uma Escola Desterritorializada, a Escuta como Ponto de Partida

Todo cesto, em nossa tradição, guarda uma história, ele nasce não de uma ideia, mas da necessidade e da memória. A trama deste capítulo, o coração da nossa pesquisa, começa a ser tecida a partir de um fio mestre, um fio de rara força e clareza, que nos foi presenteado pela voz de uns dos nossos. Antes de qualquer teoria, antes de qualquer análise, sentamo-nos para escutar. Este capítulo se ergue a partir do diálogo com professores e liderança da minha aldeia, mestres que viveram em seu próprio corpo a transição entre os mundos e as pedagogias. Suas falas não são "dados" a serem dissecados, mas o próprio chão sobre o qual caminharemos. Meu papel como pesquisadora, não é falar por eles, mas tecer com eles, entrelaçando sua memória vivida com as reflexões que ela desperta em nós, para que, juntos, as vozes possam construir um saber mais profundo e verdadeiro.

Para iniciar esta parte da nossa tecelagem, peço licença para mergulhar em uma memória que não é apenas minha, mas que pulsa como uma cicatriz coletiva no corpo do nosso povo. Quero compartilhar um pouco da história do professor e ativista, Constantino Kaingang. Constantino foi meu professor no ensino da cultura kaingang, durante a educação infantil, hoje ainda atua na área de educação como professor na Escola Estadual Indígena Vanuíre, localizada na Terra Indígena Vanuíre e trabalho com alunos dos anos iniciais, especialmente do 4 e 5 ano, onde desenvolve projetos que vão de encontro com a cultura kaingang.

O professor inicia sua partilha nos levando de volta a uma sala de aula que, para muitos de nós, é uma memória familiar e dolorosa. Ele nos conta:

"Quando comecei meus estudos, no que antes era chamado de primeira série, a escola não oferecia uma educação diferenciada voltada para a nossa cultura e língua. O ensino era o mesmo das escolas não indígenas, sem considerar nosso conhecimento tradicional. Naquele tempo, a cultura era de certa forma, apagada e esquecida dentro da escola." (Constantino Kaingang)

Nestas palavras, ecoa a história de um projeto colonial que via nossa sabedoria como um vazio a ser preenchido, ou pior, como um mato a ser arrancado para que a lavoura da

padronização pudesse crescer. A fala do mestre nos revela o giz em sua forma mais bruta, como uma ferramenta não de escrita, mas de apagamento. Este trecho de sua memória é o retrato de uma pedagogia do silenciamento, um epistemicídio lento e contínuo que tentava nos convencer de que nosso rico cesto de saberes, na verdade, não existia.

A violência descrita pelo professor não era apenas simbólica. Ela se inscrevia no corpo e no espaço, arrancando as crianças de seu lugar de pertencimento. Como ele continua a nos lembrar:

"Nossa escola oferecia apenas até o quarto ano, e, depois disso, éramos obrigados a estudar fora da comunidade, na escola de Arco-Íris. Esse deslocamento resultava em grandes perdas culturais, pois, além da dificuldade de acesso, não havia espaço para o fortalecimento da nossa língua e dos nossos costumes. A educação era imposta de forma padronizada e não valorizava a nossa identidade." (Constantino Kaingang)

Aqui, a memória do professor ilumina o cerne da violência pedagógica colonial, a desterritorialização. Ao nos obrigar a deixar a aldeia, a escola nos afastava da fonte viva do nosso conhecimento. Longe do rio-avô e da mata-mãe, longe das histórias contadas ao pé do fogo e dos ensinamentos que brotam do trabalho coletivo na roça, o aprendizado se tornava estéril. Este deslocamento, como ele o nomeia com precisão, não era apenas uma viagem diária, era uma fratura na alma. Era a tentativa de nos transformar em indivíduos desenraizados, pois sabiam que um povo sem território, seja ele físico ou epistêmico, é um povo mais fácil de dominar.

A jornada de Rosimeire, também não foi diferente, para além das fronteiras de sua aldeia foi, desde o primeiro passo, um caminho de desenraizamento. Cada quilômetro que a distanciava do cheiro da mata e do som familiar da língua Kaingang parecia aprofundar um estranhamento que ela ainda não sabia nomear. As escolas que a receberam eram mundos de paredes brancas e saberes cinzentos, onde um silêncio profundo pairava sobre sua identidade.

Não era um silêncio de paz, mas um silêncio ruidoso, feito da ausência de cantos, da falta de histórias contadas ao pé do fogo, da carência de um conhecimento que se aprende com o corpo inteiro, com os pés na terra. Ela sentia a falta de algo vital, uma fome na alma que os livros e as lições não saciavam, um vazio estrutural que a pedagogia daquele lugar não sabia, e talvez nem quisesse, preencher.

Naquele universo de conhecimentos compartimentados, ser Kaingang era uma identidade a ser deixada do lado de fora do portão. Quando, porventura, a cultura de seu povo era convidada a entrar, ela o fazia pela porta dos fundos, de forma irreconhecível. Chegava distorcida, domesticada, transformada em uma caricatura folclórica para ilustrar o dia do “índio”. Eram cocares de papel cartolina, pinturas faciais feitas com a tinta errada e um punhado de lendas contadas pela metade, esvaziadas de sua cosmologia e de sua força. Para Rosimeire, assistir a essa performance era mais doloroso do que o próprio silêncio.

Era ver sua cultura, uma entidade viva e pulsante, ser embalsamada e exposta como um artefato exótico. Era ouvir um eco sem corpo, uma história sem alma, uma mentira contada com a melhor das intenções.

Contudo, as sementes da memória, plantadas nela desde a infância, não morrem em solo estéril. Elas esperam, e foi no retorno, no movimento de volta para si e para os seus, que a transformação aconteceu. Hoje, como professora, o olhar de Rosimeire Kaingang não é apenas novo, é um olhar antigo, que atravessou o exílio e retornou à origem para curar. É um olhar que pacientemente desfaz o folclore para revelar a ciência viva, a filosofia complexa e a arte sofisticada que sempre estiveram ali. Um olhar que enxerga em cada criança não um aluno a ser preenchido, mas um universo de saberes a ser despertado. Ela nos conta :

“Meu trabalho hoje, como professora, liderança, mãe, avó e tia, é fazer o reencontro e recuperar as demandas culturais que estavam adormecidas dentro de nós. Fomos oprimidos e obrigados a não praticar a nossa cultura, falar sobre a nossa história e sobre o fortalecimento da nossa identidade. Enquanto professora, eu prezo muito esse diálogo com os saberes culturais Kaingang, para que as crianças possam aprender a importância tanto de preservar nossa história e identidade. Conhecer a importância e o papel que as ervas-medicinais têm para nós Kaingang e como elas fazem parte do nosso dia a dia, seja na prática da preparação do remédio a partir delas, quanto aprender a ouvi-las.” (Rosimeire Goiowe)

Em sua prática diária, Rosimeire vai muito além de transmitir conhecimentos, ela reacende uma fogueira ancestral no centro da sala de aula. Cada palavra em Kaingang que ela pronuncia é uma brasa que volta a arder. Cada história que conta é um feixe de lenha que alimenta o fogo. Com a paciência de uma tecelã, ela entrelaça os saberes de seu povo com as demandas do mundo não-indígena, tecendo em cada aula uma trama resistente, um cesto onde cabem tanto a matemática quanto os cantos de cura, tanto a escrita quanto a sabedoria das plantas. Ao fazer isso, ela não está apenas educando, ela está garantindo que as futuras gerações Kaingang possam crescer com suas raízes fincadas em terra fértil e seus galhos se estendendo com confiança em direção a qualquer céu que escolherem.

O cesto de saberes que tecemos, aquele que carregamos para partilhar o alimento do conhecimento, não é trançado apenas com as fibras da taquara que aprendemos a colher na lua certa, nem somente com a força de nossas mãos. Ele não se ergue unicamente a partir das histórias contadas à luz do dia, ao som das crianças que brincam e do ritmo da vida na aldeia. Essa é a sua face visível, a sua pele, a estrutura que o mundo pode tocar e admirar. Mas a sua verdadeira alma, a trama mais resistente que lhe confere forma, profundidade e um propósito que atravessa gerações, é feita de fios que o sol não ilumina. Fios de luz lunar, de silêncio e de sopro, que chegam na escuridão sagrada da noite.

São os fios da memória e do ensinamento, delicadamente trazidos por nossos ancestrais em sonhos, eles são parte ativa e essencial desta pedagogia, são o coração pulsante do nosso fazer. Quando o corpo se deita e a alma se desprende para caminhar no território sem tempo da noite, eles se aproximam. Não como fantasmas, mas como a brisa suave que nos lembra de respirar fundo. São os tecelões originais, cujas mãos, feitas de memória e afeto, guiam as nossas quando nos sentimos perdidos no emaranhado da vida. Seus dedos não tocam a fibra, mas a nossa alma.

É nesse espaço do sonho que o cesto revela seus segredos mais profundos. Ali, um avô que já partiu pode nos mostrar o padrão exato de uma trama que se perdeu, um desenho que conta a história de nossa origem. Uma avó pode, com um simples olhar, nos ensinar a ajustar um fio de aflição que se soltou, a trança-lo de volta com a força da paciência. Uma tia pode nos cantar uma canção esquecida, um ponto de saber deixado para trás pela pressa do mundo desperto. Eles nos advertem, com uma ternura infinita, sobre um nó fraco de dúvida ou de medo, ensinando-nos a desatá-lo ou a reforçá-lo com a confiança que brota de nossas raízes.

Portanto, para compreender a verdadeira dimensão e a beleza do nosso cesto, é preciso sentar-se em silêncio e reconhecer que parte vital de sua feitura acontece nesse outro tempo, nesse outro espaço onde a lógica se cala para que o coração possa ouvir. É um lugar onde o conhecimento não é caçado ou conquistado, mas recebido como um presente, como a chuva mansa que nutre a terra. É a visita sagrada daqueles que vieram antes de nós, que continuam a zelar por nosso caminho e a tecer, junto conosco, a esperança de um futuro onde nenhum saber se perca e onde cada um de nós se reconheça como um fio indispensável nesta trama infinita.

O fio que Lidiane traz para a pedagogia do cesto é uma declaração sobre a natureza do conhecimento indígena: ele não se limita ao compartilhamento humano. O saber, para nós, é um ecossistema. Ele se compõe com as espécies companheiras, nasce dos rios, das árvores e das flores. Ele se expressa nos rituais, nos cantos, nas danças e até mesmo nos silêncios e choros que nos constituem.

Fundamentalmente, esse conhecimento é nutrido por presenças que vão além do humano. Existem os não-humanos, nossos espíritos guardiões, que nos orientam com seus sussurros. E existem os mais-que-humanos, os ancestrais, cuja presença se confirma em nossos sonhos, assumindo formas humanas ou animais. Eles são os pilares, os fios mestres que garantem a firmeza de toda a pedagogia que este cesto representa.

É por essa razão que este trabalho não poderia ser uma jornada solitária. O cesto é uma criação de muitas mãos, de muitas vozes e de muitas existências. Eu nasci, cresci e aprendi em coletividade, e é impossível para mim, como pesquisadora, trair essa verdade. Minha escrita é, portanto, um espaço de convocação. Trazer todos esses seres humanos, não-humanos e mais-que-humanos para a tessitura deste texto é a minha forma de reafirmar a mais profunda verdade da cosmologia Kaingang: o conhecimento é, e sempre será, um ato coletivo, ela nos diz:

Os povos indígenas têm essa conexão muito forte com os sonhos, pois eles são um meio de comunicação entre o visível e o invisível. Antigamente, entre os Kaingang, existia as Kunhã, e entre os Krenak, o Xamã. Essas figuras sagradas e religiosas tinham sonhos que lhes permitiam proteger as crianças e guiar a comunidade. Através dessas visões, as pessoas que tinham o dom de de Kunhã e Xamã recebiam mensagens e interpretavam sinais do mundo espiritual, garantindo o equilíbrio e a proteção do povo. Eles sabiam onde estavam os alimentos, onde estavam as ervas e qual o caminho que as comunidades deveriam seguir, além de prever o que aconteceria. Isso sempre acontecia através dos sonhos, que se materializavam em um animal ou em uma pessoa do nosso convívio, que, muitas vezes, havia falecido e vinha nos orientar. Tanto no meu povo Kaingang quanto no meu povo Krenak, temos uma ligação forte com os sonhos, com o natural e com os ancestrais. Muitas vezes, um avô, uma avó, um tio, uma tia, um pai ou uma mãe se materializam nesses sonhos, vindo nos falar e nos orientar. Às vezes, isso se dá por meio de uma bronca, como aconteceu comigo, através da minha avó, que já é falecida e era muito sábia. Já fui acalmada e aconselhada por minhas avós, avôs, tios, tias e primos também falecidos. Entendemos esses momentos como uma ligação, como se fosse pegar um telefone para pedir ajuda, e essa ajuda vem em resposta, muitas vezes materializada em forma de sonhos. (Lidiane Damasceno)

Essa herança profunda, que reconhece o sonho como um espaço de diálogo e aprendizado, nos obriga a expandir nossa própria definição de escola. Se a educação Kaingang é territorializada, então precisamos afirmar que o sonho é parte essencial de nosso

território pedagógico. Ele é a paisagem noturna da nossa escola, um lugar onde as aulas mais importantes são ministradas, não por uma única pessoa, mas por uma assembleia de sábios que transcende o tempo. As vozes das *Kunhã* e dos *Xamã* de outrora não se calaram, elas ecoam hoje em cada um de nós que se abre para essa escuta.

Portanto, na prática da Pedagogia do Cesto, o amanhecer na aldeia se torna um momento pedagógico crucial. É o instante de desenrolar os fios recebidos durante a noite. O compartilhar de um sonho não é tratado como uma mera anedota, mas como a partilha de um conhecimento relevante para a coletividade. Uma criança que sonhou com um pássaro específico pode estar trazendo um aviso ou um presságio. Um jovem que recebeu a visita de um avô pode estar carregando um conselho que serve a toda a sua família. Aprender a levar a sério esses recados, a conversar sobre eles e a interpretá-los coletivamente é um exercício central de nossa educação. Para Rosimeire não é diferente, ela também nos conta como é esse diálogo com os mais-que-humanos:

O sonho sempre vem para nos alertar, seja para nos mostrar algo bom ou para nos anunciar sobre algo ruim. Às vezes, quando tenho um sonho, me sento diante da árvore que fica em frente à minha casa e fico observando ao meu redor. Pode ser o canto de um passarinho, o voo de uma borboleta ou o movimento das formigas. Ao observar esses sinais, você começa a entender o que está sendo comunicado. É isso que tento passar para os estudantes na escola. Mas, para que isso aconteça, eles precisam aprender a valorizar o que o sonho nos ensina. Não adianta apenas dizer "sonhei com isso e significa tal coisa", pois isso gera dúvida. Alguns acreditam, outros questionam. É nesse momento que precisamos mostrar o que realmente acontece e como os sonhos se manifestam na realidade. Isso é um trabalho contínuo, como o trabalho das formigas, um passo de cada vez, com personalidade e dedicação. Como professora, mãe e avó, sempre ensino a eles: "Respeite, ouça, observe." Porque é ouvindo e observando que se aprende muitas coisas. O sonho, para mim, é uma orientação, uma forma de guia que vem da natureza. Tudo o que sonhamos está conectado com ela, com os elementos da terra, do céu e dos seres que nela habitam. Por isso, busco sempre entender os sonhos e decifrá-los a partir da própria natureza, que é a fonte de tudo. Isso é o que tento transmitir, valorizando o conhecimento que vem do sonho e o que ele nos ensina. (Rosimeire Kaingang)

Isso significa que educar, para nós, é também ensinar a sonhar, ou melhor, ensinar a ouvir o que os sonhos dizem. É cultivar a sensibilidade para não descartar essas visitas como fruto do acaso. É criar um ambiente de confiança onde a "chamada" recebida através desse "telefone" ancestral possa ser atendida em comunidade. O conhecimento que emerge desses encontros noturnos é então conscientemente tecido em nosso cesto de saberes diurnos. Uma orientação recebida em sonho pode influenciar a decisão sobre o plantio, a organização de um ritual ou a forma de resolver um conflito.

Os sonhos são a resina invisível que une e fortalece cada fibra do cesto, tornando-o capaz de suportar o peso das dúvidas e as tempestades do tempo. São eles que tingem a trama com as cores que os olhos não podem ver, revelando os padrões sagrados que contam a nossa história e indicam nosso futuro. Um cesto sem os fios do sonho é um mapa sem as estrelas-guia, um corpo sem a memória do caminho de casa.

Assim, a trama do nosso cesto se faz em um ciclo contínuo de 24 horas. Durante o dia, tecemos com as mãos, com a fala, com o trabalho na roça e com as atividades na escola. Durante a noite, a tecelagem continua em outro plano, guiada pelos mestres ancestrais que nos entregam os padrões, as cores e os fios mais fortes. Reconhecer isso é afirmar que um educador Kaingang não ensina sozinho, e um aluno Kaingang nunca aprende desamparado. Estamos sempre acompanhados, imersos em um campo de saberes que flui constantemente entre o mundo que vemos e o vasto território que sentimos quando sonhamos.

Portanto é certo afirmar que a pedagogia do cesto, que proponho, nasce de uma ferida e de uma cura. A ferida é a da colonialidade, que por tempo demais nos disse que nossos saberes eram menores, que nossos mestres eram invisíveis e que nossas escolas deveriam espelhar um mundo que não nos via. Ela tentou esvaziar nosso cesto, romper sua trama, silenciar os cantos que o embalavam e nos fazer esquecer o caminho para as taquaras sagradas. Tentou, sobretudo, nos convencer de que o conhecimento era algo a ser buscado fora, e não despertado dentro.

Decolonizar, para nós, é portanto um ato de tecelagem. É o movimento paciente e revolucionário de retornar ao nosso próprio território, o território físico que pisamos e o território sagrado que sonhamos. É a coragem de descalçar os pés e sentir a terra não como um recurso, mas como a primeira e mais sábia de todas as mestras. É o gesto de juntar as fibras que foram espalhadas, de buscar os fios que a violência tentou romper e de trançá-los novamente, com a força de nossas mãos e a guia de nossos ancestrais.

E é aqui que os sonhos se revelam como a prática decolonial mais profunda. Enquanto o mundo da vigília ainda luta contra as sombras do esquecimento, o espaço dos sonhos continua intacto, preservando sua essência, um santuário onde a comunicação com nossos saberes nunca foi interrompida. É na quietude da noite que recebemos os ensinamentos mais puros.

Nossas avós, nossos avôs, as *Kunhã* que nos precederam, chegam em sonhos para nos entregar os fios de luz que reparam as partes mais danificadas do nosso cesto. Eles nos sopram a memória, nos corrigem o gesto, nos acalmam o coração e nos lembram quem somos.

Repassar os saberes Kaingang, portanto, não é apenas ensinar uma técnica ou uma história. É iniciar nossas crianças nesse duplo caminho de tecelão: o que trança a palha sob o sol e o que trança a alma sob a lua. É ensiná-las a ouvir com a mesma atenção a voz dos mais velhos e o sussurro dos parentes que chegam em sonhos. É entregar a elas um cesto que não esteja vazio, nem remendado, mas vivo, pulsante, repleto de saberes da terra e abençoado pela sabedoria do espírito.

Este é o nosso trabalho, uma pedagogia que se recusa a esquecer, um cesto que se refaz a cada dia e a cada sonho, carregando o passado como guia, o presente como matéria e o futuro como propósito. Um caminho Kaingang de ser, saber e educar, que se firma na certeza de que, para nós, a verdadeira libertação floresce onde a terra e o sonho se encontram.

6. O Cesto Está Sendo Trançado, e Ele É Forte.

Entrar na universidade foi, a princípio, um ato de tradução, traduzir meu corpo para um espaço que não foi desenhado para ele. Traduzir minha cosmologia para uma linguagem que se diz universal, mas que raramente olha para o céu ou para a terra da mesma forma que meu povo. Pisar na Unicamp, neste território do saber legitimado, foi sentir o peso de um silêncio histórico. Em cada corredor, em cada biblioteca com cheiro de papel antigo, eu sentia a ausência retumbante das vozes dos meus ancestrais. Era um lugar preenchido por um conhecimento que nos estudava, nos catalogava, nos media, mas que quase nunca nos escutava.

A academia, em seu ímpeto de se afirmar como centro do mundo, historicamente nos tomou como objeto. Nossos saberes foram extraídos como minério, nossas histórias dissecadas como espécimes e, muitas vezes, o que nos era devolvido era o eco de nossa própria voz, distorcida pela análise, empobrecida pela teoria. Eu sentia, nos primeiros semestres, a navalha fria do epistemicídio pairando no ar, a constante ameaça de que, para caber ali, eu precisaria podar minhas próprias raízes, desbastar minhas próprias memórias, silenciar o canto do Bem-te-vi que me guiava.

Então, veio o desafio do trabalho de conclusão de curso, e o que poderia ser o rito final de adequação a esse modelo, tornou-se, por uma força que brotou de dentro, um ato de retomada. Decidi que este trabalho não seria uma tradução, mas uma declaração. Não seria um objeto a ser analisado, mas um corpo vivo a pulsar nestas páginas. O tcc se tornou, para mim, o ato de plantar uma semente de *Nhere*, o nosso milho sagrado, no solo árido e racional da universidade. Eu não sabia se a terra o aceitaria, se o concreto permitiria que ele brotasse. Mas, como Nhará, que ofereceu seu corpo para alimentar seu povo, eu senti que precisava oferecer minha voz para nutrir a possibilidade de um futuro diferente aqui dentro.

Por outro lado, vi diante de mim um território em movimento, um lugar que, através das políticas de ações afirmativas, começava a se abrir para outros corpos, outras vozes e, portanto, outras ciências. A universidade, com todo seu peso histórico, também se revelava como um campo de possibilidades, um lugar onde o encontro, ainda que desafiador, se tornava real.

Foi nesse terreno complexo que a ideia deste trabalho de conclusão de curso começou a tomar forma. Ele nasceu não de um sentimento de oposição, mas de um profundo desejo de composição. Decidi que este trabalho não seria uma crítica feita à distância, mas um convite ao diálogo, uma oferta de um novo fio para um trançado que anseia por se tornar mais rico e mais completo. O tcc se tornou, para mim, o gesto de escolher o lugar mais fértil que encontrei neste solo e nele plantar uma semente de *Nhere*, nosso milho sagrado.

Este ato de plantar não foi um gesto de desafio, mas de esperança, a esperança de que este terreno, embora denso e por vezes difícil, tem a capacidade de nutrir sementes diversas. A esperança de que é possível cultivar aqui uma ciência que honre a memória de Nhará, que caminhe com a força coletiva das avós-formigas e que se guie pela delicadeza do Bem-te-vi.

Este trabalho, portanto, nasceu de uma escolha. A escolha de acreditar no poder do diálogo, de ocupar meu espaço não com raiva, mas com a firmeza de quem sabe o valor do conhecimento que carrega. E foi ao começar a escrever, ao tecer a primeira linha desta história, que o meu próprio modo de ver e sentir este lugar começou a se transformar. A primeira reverberação, sutil e profunda, aconteceu dentro de mim.

No momento em que minhas mãos começaram a tecer as palavras sobre a Metodologia Cesto, percebi que eu não estava apenas descrevendo um método, eu estava vivendo-o. A universidade, com sua aparente rigidez, começou a se transformar diante dos meus olhos. O

ato de escrever sobre o território me fez entender este próprio campus como um território em disputa, um lugar onde outros fios poderiam ser tecidos.

Escrever sobre a sabedoria das avós-formigas, as *Penkry*, me fez enxergar as redes que nós, estudantes indígenas, estávamos construindo. De repente, a universidade não era mais um lugar de solidão. A política de cotas, essa fresta que se abriu na muralha, permitiu que outros corpos como o meu chegassem. E ao chegarmos, nós nos encontramos. Nos corredores, no restaurante universitário, nas assembleias. Cada encontro era um fio sendo adicionado ao cesto. As conversas, as risadas, a partilha dos medos e das saudades de casa tudo isso era a Metodologia Cesto, em sua forma mais pura e viva. Estávamos, sem talvez nem nos darmos conta, tecendo uma rede de apoio e de afeto que se tornava nossa primeira trincheira contra o epistemicídio.

A escrita reverberou e me deu olhos para ver, o Bem-te-vi, aquele que guiou meus antepassados, passou a me guiar pelos caminhos da própria universidade. Ele me ensinou a encontrar o néctar onde parecia haver apenas concreto: na fala de um parente, na descoberta de um livro de um autor indígena na biblioteca, na força de um cartaz que anunciava uma roda de conversa dos nossos coletivos. O bem-te-vi, me ensinou a perceber a mudança, por menor que fosse, e a seguir seu rastro.

A universidade deixou de ser um monólito assustador e passou a ser um mosaico complexo. E eu percebi que a verdadeira mudança não estava em convencer a instituição inteira a mudar, mas em fortalecer nosso próprio trançado dentro dela. A reverberação da minha escrita me devolveu a mim mesma, não como uma estudante que se adaptou, mas como uma pesquisadora Kaingang que, junto com seus parentes, estava começando a demarcar um novo território, um território intelectual e afetivo dentro da própria Unicamp.

Com a presença constante de nossos corpos, de nossas vozes, de nossas tranças, cocares e maracás neste espaço, forçou uma fissura no antigo monólogo. A universidade, acostumada a falar sobre nós, agora precisava aprender a falar conosco. E, mais difícil ainda, a nos escutar.

As cotas e as políticas afirmativas não trouxeram apenas estudantes, trouxeram cosmologias inteiras, e isso reverbera. A mudança é visível na textura das relações, é um professor que, em vez de citar apenas os clássicos europeus, pergunta com genuína curiosidade sobre Ailton Krenak, Davi Kopenawa e outros pensadores indígenas. É um colega

de sala não-indígena que deixa de usar a palavra genérica "índio" e se esforça para aprender o nome do meu povo Kaingang, e dos povos de meus parentes. É o reconhecimento, lento e gradual, de que a especificidade indígena, não é um folclore ou um detalhe cultural, mas uma complexa matriz de ciência, filosofia e existência.

Vejo a reverberação quando a biblioteca, antes um templo do saber ocidental, passa a adquirir e a destacar as obras de nossos autores. Vejo-a quando os eventos acadêmicos começam a nos convidar não mais para sermos o toque de diversidade, mas para compor a mesa principal, como pensadores, como intelectuais. Essa mudança não é uma concessão graciosa da instituição, é o resultado direto de nossa presença, de nossa insistência, de nossa produção. É a colheita do trabalho incansável dos coletivos indígenas que aqui existem e resistem.

Não sou ingênua. Sei que o pensamento extrativista ainda ronda os departamentos, que o racismo epistêmico ainda se esconde em muitas falas e práticas. A luta é diária, mas a reverberação da nossa presença coletiva tornou impossível que a universidade continue a se enxergar da mesma forma. O espelho que nós trouxemos reflete uma imagem muito mais complexa e plural do que aquela com que ela estava acostumada. E essa nova imagem, uma vez vista, não pode mais ser ignorada. A semente de *Nhere* não só germinou, suas raízes começaram a, lentamente, rachar o concreto.

Ao chegar ao fim deste ciclo de escrita, percebo que este trabalho é, em si, uma colheita. É o primeiro fruto da roça que cultivei neste território. Cada página é um grão de milho, uma oferenda de agradecimento e um alimento para a jornada que continua. Ele não é um ponto final, mas um cesto que carrego, cheio de saberes que foram partilhados comigo, aqui e na minha aldeia, e que agora ofereço para nutrir outros parentes que virão.

Repensar a universidade a partir da minha escrita foi entender que não estamos aqui para pedir licença, mas para afirmar nosso lugar. Viemos para mostrar que a ciência que nasce da escuta do encantado, da observação das avós-formigas e da memória do corpo de Nhará é tão rigorosa, potente e necessária quanto a ciência que nasce dos laboratórios e das bibliotecas.

As cotas nos permitiram entrar, mas é a nossa produção, a nossa voz, a nossa ciência, que estão efetivamente transformando este espaço. Estamos tecendo um novo futuro possível para a Academia, um em que ela possa se tornar, quem sabe um dia, um verdadeiro campo de

encontros, um grande trançado de saberes, onde o fio do conhecimento indígena não seja apenas um detalhe exótico, mas um dos fios que sustentam a própria tapeçaria.

Eu, estudante indígena Kaingang do curso de pedagogia, afirmo a partir deste território retomado: a reverberação de nossas vozes apenas começou. Continuaremos a tecer, a plantar, a pesquisar, a escrever. Continuaremos a transformar este espaço, não para que ele nos aceite, mas para que ele se torne digno da profundidade dos saberes que nossos povos carregam há milênios. O cesto está sendo trançado, e ele é forte. Ele carregará o futuro.

7. Conclusão: O Cesto Pronto e o Caminho que Dele Brota

Chego ao fim deste trançado não com a sensação de quem termina uma tarefa, mas com as mãos cheias da responsabilidade de quem segura um cesto recém-nascido. Este trabalho, que se propôs a ser a materialização de uma pedagogia que brota do chão, não termina aqui, nestas páginas. Ao contrário, ele agora começa sua verdadeira jornada. A última fibra foi amarrada, a última cor foi revelada no encontro dos fios, e o que tenho em meu colo não é um texto acadêmico, mas um corpo-cesto, um objeto vivo que pulsa com as vozes que o teceram e que agora pede para caminhar pelo mundo.

Este não é um cesto para guardar respostas definitivas, pois a sabedoria do nosso povo não se petrifica em verdades. Ele foi feito para carregar sementes. Sementes de memória, para serem espalhadas nas rodas de conversa da nossa escola, nos quintais das nossas casas, para que nenhuma criança cresça desenraizada. Sementes de perguntas, para que outros parentes, pesquisadores-tecelões, sintam a ânsia de cultivar seus próprios jardins de saber. Sementes de cura, para as feridas de um tempo que insistiu em nos chamar de "lenda" e "crendice". Este cesto é uma ferramenta, uma cuia para partilhar a água fresca da nossa epistemologia com todos que tiverem sede.

Ao olhar para a sua trama, reconheço a jornada, vejo o fio áspero da dor, da memória de uma escola que tentou apagar nossos desenhos com o giz do silêncio. Mas, ao seu lado, entrelaçado com firmeza, vejo o fio resiliente da voz de Constantino, que nos lembra que a luta pela educação diferenciada é uma retomada de nós mesmos. Vejo o fio forte e tingido com a coragem de Rosimeire, que hoje reacende a fogueira da nossa língua e dos nossos saberes no coração da sala de aula, transformando a opressão em reencontro. E vejo os fios de luz lunar, aqueles soprados em sonhos, que a sabedoria de Lidianne nos ensinou a reconhecer como o diálogo mais sagrado com nossos ancestrais, os verdadeiros mestres desta pedagogia.

A Pedagogia do Cesto, mais do que uma metodologia, revelou-se um caminho de cura. Foi o ato de descalçar os pés e sentir a universidade não mais como um território hostil, mas como um terreno complexo onde era possível plantar. Onde, com a ajuda do meu povo e dos meus parentes de jornada no grupo de pesquisa MultiTão, foi possível tecer uma rede de afetos que se tornou nossa primeira trincheira contra o epistemicídio. Foi aprender a ser guiada pelo Bem-te-vi, que me ensinou a encontrar o néctar mesmo em meio ao concreto, a perceber as pequenas e grandes mudanças que nossa presença coletiva provocou neste espaço.

A semente de *Nhere* germinou. Suas raízes, lentamente, começaram a encontrar as fissuras na rigidez acadêmica, provando que este solo também pode ser fértil para outros saberes. Este trabalho é a primeira espiga desta roça improvável, um alimento que ofereço em gratidão.

E agora, o que fazer com este cesto pronto?

Ele me ensina que o caminho não termina, a educação territorializada não é um conceito a ser aplicado, mas uma postura a ser vivida. Continuarei a ser guiada pelas minhas espécies companheiras. Pelo Bem-te-vi, que me lembra de estar sempre atenta aos sinais, de ouvir antes de falar, de entender que a verdadeira orientação vem do voo e do canto dos encantados. Pelas avós-formigas, as *Penkry*, que me ensinam sobre a força do trabalho coletivo, sobre a paciência e a persistência de construir, passo a passo, um futuro mais justo para nossa gente. E pelo Milho, *Nhere*, que me recorda a todo instante que o conhecimento mais profundo é aquele que nutre, que se oferece em sacrifício para que a comunidade possa viver.

Este cesto não é meu, ele pertence ao meu povo. Que ele sirva para carregar o alimento da escola viva, para guardar as sementes dos sonhos de nossas crianças e para transportar as brasas da memória dos nossos anciãos, mantendo o fogo da nossa cultura sempre aceso. Que sua trama inspire outras mãos a se juntarem à tecelagem, pois a nossa ciência é feita em mutirão.

Eu, Rayane Barbosa Kaingang, semente do território Vanuíre, filha de Rosimeire Kaingang e neta de Antônia Terena, fecho este ciclo de escrita para abrir um novo ciclo de caminhada. Deixo este cesto aqui, não como um ponto final, mas como uma fogueira no centro da roda. Que ele possa aquecer, iluminar e reunir. Que a fumaça de suas memórias suba aos céus e leve nossa mensagem: **NÓS ESTAMOS AQUI**. Nossos saberes estão vivos, a

nossa escola é do tamanho do nosso território, do tamanho do céu que nos cobre e dos sonhos que nos guiam.

O trançado continua.

O cesto pronto

As mãos, enfim, repousam sobre a trama.

O último fio de taquara encontrou seu lugar.

Não há silêncio, mas o sopro de uma chama

Que a tecelã aprendeu a escutar.

Este corpo, meu primeiro território,

Carregou a dor de uma escola sem chão,

Sentiu o peso de um saber ilusório,

A ausência, o vazio, a contração.

Mas as mãos que um dia sentiram o espinho

Guardavam a memória de um outro saber,

E no gesto de traçar um novo caminho,

Fizeram a *Pedagogia do Cesto* nascer.

O fio mestre, na cor da terra, veio primeiro,

Voz dos antigos, memória ancestral,

Conselho soprado ao pé do braseiro,

Um saber para além do bem e do mal.

Depois, os fios vivos, colhidos no passo,
Na escuta atenta, no corpo a sentir,
A fala de um mestre rompendo o cangaço
De um giz que insistia em nos diminuir.
Constantino, Lidiane, Rosimeire, parentes,
Doaram os fios com brilho no olhar,
Não como dados, mas como presentes
Que a gente recebe pra continuar.

Veio o Bem-te-vi, o guia alado,
Mostrando o caminho no denso arvoredor,
E o chão se moveu, a cada passo dado,
Pela força das *Penkry*, avós sem segredo.
E o milho sagrado, o corpo de Nhará,
Fio de sustento, de vida e aliança,
Mostrando que a ciência que pulsa por cá
É aquela que nutre e que gera a bonança.

E os fios de luz, chegados em sonho,
Trazidos por tias, por mães e avós,
Um saber noturno, sagrado, risonho,

Que tece a alma por dentro de nós.

Eis o cesto pronto.

Não é tese, objeto, ponto final.

É útero vivo, é corpo, é conto,

É ferramenta de luta e ritual.

Não carrega respostas, verdades, certezas,

Mas sementes de memória e porvir,

Para curar as dores, plantar as belezas,

Para que outras roças possam florir.

Ele não é meu. A autoria é da roda,

Do humano, do bicho, da planta, do encanto,

De uma ciência que acolhe e que a todos acomoda,

Sob o mesmo sagrado e sensível manto.

Levanto este cesto, com a força que herdei,

E o levo de volta pra minha aldeia.

Não para a estante de um museu de rei,

Mas pra roda de conversa que o mundo semeia.

Que ele carregue o pão, o saber, a cantiga,

Que sirva de berço para um novo sonhar,

Que inspire a criança, a mestra, a amiga,

A nunca deixar de si mesma trançar.

O giz foi amansado, a terra despertou.

A escola é a vida que pulsa no chão.

A ti, Futuro, que chegas no rosto de cada criança Kaingang

que hoje cresce, deixo este cesto não como algo imposto,

mas como uma ferramenta que a vida oferece.

Que ele não seja um fim, mas uma clareira,

um lugar de partida para outros tecelões,

que ele carregue as brasas da nossa fogueira

para acender novas lutas, novas canções.

Que esta escrita não se encerre na estante,

mas que pulse na escola, na dança, no canto,

e que prove que o saber mais importante

é aquele que nos cobre como um sagrado manto.

O trabalho conclui o ciclo que a autora

iniciou no começo, com a alma na mão.

A trama não cessa, o tecer continua.

Na vigília do dia, no sonho lunar.

A pedagogia é o corpo, a terra, a lua.

E o nosso destino é sempre trançar

MAHÂ / OBRIGADA!!

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BARBOSA, Rayane et al. **Ancestralidade mais que humanas**. Campinas, SP: Cobra Coral, 2024.
- BARBOSA, Rayane. Mantendo viva a cultura Kaingang: entrevista com Constantino Jorge da Silva. **Revista ClimaCom**, Exu: arte, epistemologia e método | pesquisa - ensaios, ano 12, n. 29, 2025.
- BARBOSA, Rayane. Sonhos guiam a comunidade Kaingang: entrevista com Lidiane Damasceno Cotui Ignesta. **Revista ClimaCom**, Exu: arte, epistemologia e método | pesquisa - ensaios, ano 12, n. 29, 2025.
- BARBOSA, Rayane. Os Kaingang e a relação com a natureza: entrevista com Rosimeire Barbosa. **Revista ClimaCom**, Exu: arte, epistemologia e método | pesquisa - ensaios, ano 12, n. 29, 2025.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A Terra Dá, A Terra Quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- INGOLD, Tim. Texturas de superfície: o solo e a página. In: DIAS, Susana; WIEDEMANN, Sebastian; Amorim, Antônio Carlos. **Deleuze e Cosmopolíticas e Ecologias Radicais e Nova Terra e...** Campinas: Climacom, 2019.
- HARAWAY, Donna. **Ficar com o Problema**. São Paulo: N-1 Edições, 2023.
- HARAWAY, Donna. **O Manifesto das Espécies Companheiras**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce (organizador). *A Queda do Céu: palavras de um Xamã Yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- CAMPOS, Adriano Cesar et al. *Kany ko nhere tho = História do surgimento do milho*. Organização de Idméa Semeghini-Siqueira e Livia de Araújo Donnini Rodrigues. São Paulo: Secretaria da Educação : FEUSP, 2010.

KAINGÁNG, Lúcia Fernanda Jófej; KAINGÁNG, Susana Fakój. Kanhgág Tỹ Nén Sînvî Hár: Expressões Culturais Tradicionais Kaingáng. [S.I.]: Instituto Kaingáng (Inka), 2021.

KOPENAWA, Davi. Nê Ropë. In: Carnevalli, Felipe. Regaldo, Fernanda. Lobato, Paula. Marquez, Renata. Cançado, Wellington. **Terra: Antropologia Afro-indígena**. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

KRENAK, Ailton. **A Vida não é Útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MAXACALI, Israel. MAXACALI, Sueli. Aldeia-Escola-Floresta. In: Carnevalli, Felipe. Regaldo, Fernanda. Lobato, Paula. Marquez, Renata. Cançado, Wellington. **Terra: Antropologia Afro-indígena**. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

MONTEIRO, Alexandrina. Algumas reflexões sobre a perspectiva educacional da Etnomatemática. **Zetetiké**, Campinas, v. 12, n. 22, p. 9-32, jul./dez. 2004.

PINHEIRO, Niminon Suzel P654v Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: Oeste paulista, 1912-1967/Niminon Suzel Pinheiro, Assis, 1999. 292 p.: il.

RACHID, Laura; TAKUA, Cristine. Educação indígena: escola viva. *Revista Educação*, 13 set.2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/09/13/educacao-indigena-escola-viva/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

STENGERS, Isabelle. No Tempo das Catástrofes. São Paulo: Coisac Naify, 2015.
STENGERS, Isabelle. Reativar o Animismo. Caderno de leituras, v. 62, p. 1-15, 2017.

TAKUÁ, Cristine. **Escolas vivas**. 2. ed. [S.I.]: Dantes Editora, 2025. (Cadernos Selvagem). E-book.

VEIGA, Juracilda. **Organização Social e Cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê Meridional. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VEIGA, Patrícia R. V. Trançando com os Baniwa: por uma TRANSformAÇÃO de “nós”, Kariwa. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2023.

VERON, Valdelice. **Tekombo’e Kunhakoty: modo de viver da mulher Kaiowa**. 2018. 42 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

XAKRIABÁ, Célia. **O barro, o Genipapo e o Giz no Fazer Epistemológico de Autoria Xakriabá: Reativação da Memória por uma Educação Territorializada**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.